

A Introdução do *Glossário Luso-Asiático*

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[separata eletrónica do n.º 73 d'«a folha» — outono de 2023]

A obra *Glossário Luso-Asiático*, de Sebastião Rodolfo Dalgado⁽¹⁾, publicada em 1919 pela Imprensa da Universidade de Coimbra, está livremente consultável no sítio Internet Archive⁽²⁾.

Descontando afirmações algo datadas, a introdução do *Glossário Luso-Asiático* contém informações e apreciações interessantíssimas sobre os termos portugueses de origem asiática. Diz, por exemplo, Sebastião Rodolfo Dalgado:

«Na adaptação das palavras orientais, os portugueses antigos tiveram sempre em vista dois princípios de alto valor glotológico: representar fielmente o seu som e significado, quanto ao alfabeto nacional, sem novas letras ou sinais diacríticos, e as informações cuidadosamente colhidas, na falta de conhecimento pessoal, o comportavam; e ao mesmo tempo dar-lhes uma feição possivelmente consentânea à índole do idioma pátrio.

O que os nossos escritores da atualidade, mais cosmopolitas e mais filólogos, consideram, consciente ou inconscientemente, como defeito, preferindo sem discernimento formas estrangeiras e grotescas, é na realidade uma virtude, engendrada pelo purismo da língua portuguesa e pelo verdadeiro nacionalismo. Um termo peregrino não pode incorporar-se em uma língua sem se despir do seu carácter heterogéneo, do mesmo modo que um estrangeiro não pode naturalizar-se sem se sujeitar às leis do país. Se as palavras de origem latina fossem escritas e proferidas como na sua fonte, teríamos latim, mas não português. A filologia superficial encontraria, sem dúvida, mais facilidade na investigação etimológica, mas a língua perderia muito do cunho evolutivo, seria indefinida.»

A introdução do *Glossário Luso-Asiático* é aqui publicada no formato .pdf pesquisável para mais fácil consulta. O texto foi obtido por correção do ficheiro .txt disponível no Internet Archive⁽³⁾, resultante de um reconhecimento ótico de caracteres por vezes com graves deficiências. Aproveitou-se também para atualizar a ortografia (exceto nas citações de obras portuguesas, em notas de rodapé). Espera-se que esta separata possa despertar o interesse para a consulta e estudo da obra de Sebastião Rodolfo Dalgado.

correiapms@gmail.com

⁽¹⁾ «**Sebastião Rodolfo Dalgado** (Goa, Goa Norte, Bardez, Assagão, 8 de maio de 1855 — Lisboa, 4 de abril de 1922), foi um sacerdote católico, missionário, orientalista, académico e professor universitário, que se distinguiu como linguista e etimologista no estudo da influência do português nas línguas do sueste asiático. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, eleito em 27 de julho de 1911.», Wikipédia, *Sebastião Rodolfo Dalgado*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_Rodolfo_Dalgado.

⁽²⁾ Internet Archive, *Glossário luso-asiático by Dalgado, Sebastião Rodolpho, 1855-1922; Academia das Ciências de Lisboa*, <https://archive.org/details/glossriolusoas00dalguoft/page/n5/mode/2up>.

⁽³⁾ Internet Archive, *Full text of "Glossário luso-asiático"*, https://archive.org/stream/glossriolusoas00dalguoft/glossriolusoas00dalguoft_djvu.txt.

INTRODUÇÃO

I. – Influência do Oriente em Portugal

A influência de Portugal no Oriente, conquanto muitos escritores estrangeiros e alguns nacionais se limitem a encarar a sua dominação como cruel, intolerante e de poucos resultados benéficos, apresenta-se-nos, quando devidamente perscrutada, com uma feição e um cunho todo peculiar, e altamente afetiva e simpática – influência que outras nações, que se reputam mais civilizadas e liberais, não lograram até o dia de hoje atingir com toda a orientação moderna¹.

Um facto da atualidade e de palpável evidência, que só por si representa um padrão glorioso e um aferidor seguro dessa relação entre os conquistadores e os conquistados, é o reconhecimento legal e efetivo da igualdade política e social, sem nenhuma restrição, de todos os coloniais – sejam índios, chineses, oceânicos ou africanos – com os europeus – facto que é mero *desideratum* de várias colónias estrangeiras, vastas, ricas e ilustradas².

Na conceção geral dos portugueses, o no seu consequente proceder, as suas colónias não são dependências ou núcleos de exploração: pelo contrário, são pedaços de Portugal, disseminados, para sua glorificação, em diferentes climas, com raças, cores, castas, usos e costumes dissimilares, sim, mas nem por isso menos portugueses de alma e coração, sem invejarem a sorte de outras colónias mais florescentes. É também por este motivo que um português, nascido na Índia ou na África de país europeus, não se peja de chamar-se *índio* ou *africano*.

Nem deve causar estranheza ou afigurar-se um facto insulado e recente. O intuito primordial, o móvel absorvente dos primeiros descobridores e conquistadores era dilatar os confins temporais e espirituais do reino, o vincular o Ocidente e o Oriente com os suaves laços de amor³.

Eis uma prova de subido valor, que é ao mesmo tempo um corolário: o rei do Portugal não se dedignava do ser tratado pelos rajás amigos do Malabar como seu *irmão* – tratamento de que eles, a justo título, mais se ufanavam, o que nenhum soberano de outra nação se dignou ou mereceu receber de qualquer potentado da Ásia ou da África até o presente, vivendo nós, aliás, em uma época em que tanto se preconiza a liberdade, a igualdade e a fraternidade do género humano⁴.

¹ «Há poucas nações que possam gloriar-se dum passado como os portugueses... A influência do elemento português exercida no arquipélago Indiano, foi duma força absolutamente particular, como resulta do facto de se depararem facilmente ainda hoje os seus vestígios na população indígena das ilhas que atualmente pertencem às possessões holandesas». – Heyligers, *Traces de Portugais*, pp. 3 e 11.

² «Os portugueses têm sido sempre n'este ponto muito tolerantes – e é esta uma das suas qualidades de colonizadores – e não podiam considerar desdouro a alliança com as castas nobres da Índia, do mais puro sangue ariano». – Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, p. 169.

³ «A tenção principal que elRey dom Manuel seu senhor tiuera neste descobrimento, fôra desejar a communicação dos Reys Gentios daquellas partes. Porque mediante ella e o commercio que he hum vso que procedeo das necessidades dos homens, e fica hum vinculo de amizade pera se communicarem hūs com os outros: resultaria desta communicação o amor, e este amor daria, as orelhas facilmente aos naturais a que a fê de Christo fosse por elles acceptada». – João de Barros, *Déc. I, IX, 5*.

⁴ «Pedindolhe [o rei de Cochim a Afonso e Francisco de Albuquerque] que por serviço d'elRey de Portugal **seu irmão**, pois elle tão lealmente defendia suas cousas *té offerecer a vida por ellas e perder todo o seu estado*: consultassem entre si como ali ficasse algum delles com maes gente do que ficaua ordenada à

E não consta que algum vice-rei ou governador estrangeiro tenha jamais chamado minha filha a uma indígena, como o grande Afonso do Albuquerque chamava indistintamente às naturais de Goa que se convertiam e casavam com os seus soldados e marinheiros⁵.

Estes e outros fatores análogos da política colonial demonstram exuberantemente que, se os portugueses sabiam fazer-se temer dos inimigos e tratá-los com dureza, também possuíam o condão de ganhar os ânimos, associando-se sem reserva e até identificando-se com os indígenas, mormente se já pertenciam à mesma fé e eram pelo mesmo facto *irmãos*⁶.

É precisamente esse íntimo e assíduo convívio que chamava a atenção dos estrangeiros, naturalmente mais exclusivistas. «Os Portugueses, escrevia Pyrard de Laval em 1615, tiram um espantoso lucro em toda a parte da Índia, onde tem entrada. Associam-se com os naturais, que os acompanham em suas navegações, e até todos os seus marinheiros e pilotos são índios, ou gentios ou mouros». *Viagem*, I, p. 363.

Claro é que dessa expansibilidade social e intimidade igualitária, a despeito de diversos pontos de discriminação, deviam necessariamente surtir dois efeitos: influência múltipla, funda, dilatada e perdurável da parte dos portugueses nos povos asiáticos; e, reversamente, influência em vários sentidos, não menos poderosa, dos orientais nos filhos de Portugal e, por seu intermédio, no resto da Europa.

A primeira está expendida e exemplificada em outra obra. Para delinear a segunda, socorrer-me-ei das autorizadas e eloquentes palavras de Consiglieri Pedroso:

«O que de então para cá se passou no domínio da ciência, da arte, da indústria e da economia política; as profundas modificações que a partir dessa época solene revolucionaram as relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente... constituiria assunto não de uma simples conferência, mas de muitas, as quais ainda assim haviam de ser insuficientes para tão complexa exposição.

«Revolução geográfica sem par na história de todos os tempos, importa ao mesmo tempo uma revolução profunda em todas as ciências que com a geografia se relacionam. A etnologia teve então notícia de novos grupos humanos, para preencher o quadro das suas classificações incompletas. A linguística só se tornou possível como disciplina de método rigoroso, depois que esteve de posse do enorme material que conhecimento de tantas ciências, até então ignoradas, lhe forneceu.

«Isto pelo que respeita às ciências sociais ou históricas. Mas em outros domínios científicos não foi a revolução menos importante. Outra fauna, outra flora, outros céus, outras terras e outros mares, ofereceram novos

feitoria». — «Pois não tinha por trabalho os perigos que passava em defender aquelle seu reyno, que era d'elRey de Portugal **seu irmão**». — Déc. I, VII, 3 e 7.

⁵ «Contentauase com o dote que lhe Affonso d'Albuquerque daua, e mimos que lhe fazia, chamando a estes taes esposos *genros*, e às mulheres **filhas**». — Déc. II, V, 11.

«E já a este tempo haveria em Goa quatrocentos e cincoenta casados, todos criados delRey, e da Rainha, e dos Senhores de Portugal, e eram tantos os homens que queriam casar, que se não podia Afonso Dalboquerque valer com os requerimentos, e elle não daua licença senão a homens honrados». — *Commentarios*, III, cap. 2.

⁶ «A qual obra [reversão de Frei António do Loureiro ao cativo do rei de Cambaia] acreditou tanto nossas cousas, que não tardou muito vermos quanto aproveitou com elles, hauendo sermos homens que tinhamos duas partes: hũa pera muito temor, e outra pera grandemente amar: por mal, sermos mui esquiuos vingadores de offensas: e por bem, em extremo fiéis na amizade, e cumpridores da nossa palaura». — Déc. II, VII, 3.

elementos à observação num campo novo, inexplorado até aí. E constituíram-se então: a nova botânica, a nova zoologia, a nova antropologia, a nova geografia, a nova etnologia, assentes na base definitiva, que lhes forneceu o critério comparativo...»⁷

Os portugueses que, depois de mais ou menos longa ausência, regressavam à metrópole, não traziam na sua bagagem somente riquezas e curiosidades da Ásia, mas também vinham providos de novas ideias, variados conhecimentos, diversas proezas e aventuras; vinham transformados, completamente *orientalizados*; distinguíam-se facilmente dos que não tinham saído do país, não só pelo seu luxo, mas também pela sua linguagem.

Não admira, portanto, que os seus compatriotas, que eram, conforme uma locução sânscrita, como «tartarugas do poço», os achassem singulares e excêntricos, e às vezes os ridiculizassem, do mesmo modo que eles o faziam na Índia aos reinóis recém-chegados. É por isso que Francisco Rodrigues Lobo escrevia em 1619, referindo-se aos *indiáticos*: «Não sabem dar um passo sem *palanquins, bajus, catanas, bois, larins e bazarucos*; e outras palavras, que deixam em jejum o entendimento dos ouvintes, sem por isso os seus ficarem melhor acreditados»⁸.

Mas, evidentemente, não mereciam censura; não era por afetação calculada, era por mera espontaneidade, proveniente da prolongada prática, que se serviam na sua conversação de termos peregrinos. Não levavam, decerto, às costas, à maneira do caracol, como nos atesta Tomás Ribeiro (nas *Jornadas*) que o fazem os ingleses, a sua casa, o seu home: adaptavam-se ao ambiente em que viviam; faziam-se índios com os índios, chineses com os chineses, japões com os japões, naires com os naires, brâmanes com os brâmanes. Praticavam a seu modo o que S. Francisco Xavier exercitava, à imitação de S. Paulo: *Omnibus omnia factus sum*.

II. — Influência de idiomas asiáticos na língua portuguesa

O Conde Angelo de Gubernatis, transviado pelo patriotismo desregrado e pelo pouco conhecimento da literatura portuguesa, abalançou-se a exarar, referindo-se aos seus patrícios, esta afirmação paradoxal: «Mas ao menos esta parte exterior da sua vida [dos brâmanes] os nossos viajantes, recordando-se de ser povo de artistas, quiseram todos, dum modo ou doutro, representar; pelo contrário, mais grosseiros e mais ávidos que os nossos, os portugueses, à exceção de pouquíssimos, gozaram-se sibariticamente da Índia e a depredaram, sem ver, sem investigar mais longe»⁹.

Não podia haver apreciação flagrantemente mais injusta e disparatada. Aqueles que ao Conde se afiguraram «pouquíssimos» constituem uma legião, como demonstra a bibliografia desta obra, além de muitos livros inacessíveis; e a Índia *depredada* ainda hoje se recorda com gratidão e saudade dos benefícios materiais e espirituais que deveu à ação civilizadora dos portugueses *sibaríticos*¹⁰.

⁷ *Influencia dos Descobrimentos Portugueses na Historia da Civilisação*, pp. 6 e 14.

⁸ *Corte na Aldea*, Dial. IX.

⁹ *Storia dei Viaggiatori Italiani*, p. 321.

¹⁰ «Pelo que respeita à influência da colonização portuguesa sobre os costumes dos habitantes indígenas, bastará dizer que desde o princípio os missionários portugueses pregaram o cristianismo e fundaram escolas cristãs... Inútil é acrescentar que a obra dos missionários introduzia ao mesmo tempo os primeiros elementos da civilização europeia e as ideias dos conquistadores, enquanto os costumes começavam a abrandar-se sob o influxo do cristianismo». — Heyligers, *op. cit.*, p. 12.

E, com todo o seu patriotismo e erudição, não poderia o orientalista italiano apresentar-nos um viajante nacional – seja Marco Polo, Conti, Varthema, Balbi, Sasseti ou Valle – que tivesse vivido em contacto mais íntimo e direto com todas as camadas de homens e conhecido melhor a organização social e política, as religiões, as tradições, a psicologia e os costumes da Índia, entendida no sentido mais lato, do que Duarte Barbosa, Garcia da Orta, Diogo do Couto, Gaspar Correia, Fernão Mendes, Gaspar da Cruz, Jacinto de Deus, Francisco de Sousa e tantos outros. João de Barros, sentado na Casa da Índia, em Lisboa, sabia do Oriente, e em particular da Índia, muito mais, nomeadamente com relação à geografia e à história antiga, do que muitíssimos viajantes de nomeada, antigos e modernos¹¹.

Os *Roteiros*, as *Decadas*, as *Lendas*, a *Chronica dos Reis de Bisnaga*, a *Peregrinação*, os *Coloquios*, *Os Lusíadas*, as *Cartas de Japão*, o *Vergel de Plantas*, o *Oriente Conquistado*, a *Conquista de Ceilão*, a *Noticia Summaria da Cochinchina*, etc., são monumentos imorredouros de fino espírito de observação, de ávida curiosidade de saber, de paciente investigação, de exame maduro e imparcial, de estudo bem digerido, de informações pormenorizadas e em primeira mão, de tão subido valor, que deles se têm principalmente aproveitado os viajantes estrangeiros, coevos e posteriores, e deles não podem prescindir, segundo o juízo dos orientalistas despreocupados e conscienciosos, os que tratarem devidamente da Índia, da Indochina e do Extremo Oriente¹². As suas traduções, a sua inclusão em coleções especiais, as constantes e elogiosas referências comprovam-no de sobra¹³.

«Os holandeses e os seus feitos cessaram de ser lembrados pelos singaleses da região baixa; mas os chefes do sul e do oeste perpetuam com orgulho o honorífico título de *dom* que lhes foi concedido pelos primeiros conquistadores, e ainda antepõem aos seus antigos patronímicos os sonoros nomes cristãos dos portugueses». – Sir James Emerson Tennent, *Ceylon*.

«Em cochim achey hũa arca de cartinhas por omde simsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estamdo n arca e ordeney huom homem casado aquy, que imsynase a ler e esprever, e averá na escolla perto de cem moços, e sam deles filhos de panicaees, e d omeens honrrados; são muito agudos e tomam bem o que lhe emsynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos». – Afonso de Albuquerque, *Cartas*, I, p 44

«Os quaes [meninos de Maluco] Antonio Galvão mandaua doutrinar nas cousas de religião, e ensinalos a ler e escreuer». – Castanheda, *Historia*, VIII, cap. 203. «Essas populações catholicas, que ainda por lá estão, em terras onde ha longos annos perdemos o dominio, e ainda unem á veneração pela sua crença o respeito pelo nome do nosso paiz, provam quão fundo haviam penetrado a palavra e o influxo do padre portuguez». – Conde de Ficalho, *op. cit.*, p. 160.

¹¹ «O principio deste Reyno Ormuz (segundo contão as chronicas que nos forão interpretadas de Persico) foi por esta maneira». Déc. II, II, 2. – «E segundo os pouos Malayos dizem (de quem nós recebemos esta relação)». Déc. II, VI, 4. – «Os letrados Arabios e Parseos em suas geografias per nome antigo lhe chamão Serandib, das quaes nós temos alguns volumes em sua propria lingua onde o vimos». Déc. III, II, 1 – Vid. em especial Déc. I, IX, 1.

¹² «Não é, talvez, exageração que para o estudante da história de Ceilão a *Conquista* [de Fernão Queiroz] é somente sobrelevada em valor pela grande crónica singalesa, o *Mahawansa*». – P. E. Pieris, *Introduction* ao livro *Conquista de Ceilão*.

¹³ Cumpre notar que se não pretende com isto contestar ou depreciar o grande merecimento de vários viajantes estrangeiros. Os italianos, em particular, atenta a sua curiosidade e ilustração, se se achassem nas circunstâncias dos portugueses, fariam, de certo, outro tanto ou talvez mais. Tratamos, porém, de factos incontrovertíveis e de documentos históricos – «E Josepe [cristão de S. Tomé] foi ter a Roma e a Veneza, e do que lá disse da sua christandade e costumes, os Italianos que nisto são maes curiosos que nós, fizeram hũ sumario que está incorporado em hũ volume latino intitulado *Nouus Orbis*». Déc. I, v, 8. – Também, se não fossem os italianos, perderíamos alguns dos nossos manuscritos, que só conhecemos por suas traduções. Vid. *Colleção de Noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas*.

Nenhum botânico pode versar a flora oriental sem ter à vista a inapreciável obra do nosso Orta, como se colige de Cristóvão da Costa, Bóncio, Piso, Rheede, Rúnfio¹⁴. A Década V é um tratado dos principais sistemas religiosos da Índia, escrito com tanta minudência, clareza e precisão, que qualquer indianista dos nossos tempos se não dedignaria de o subscrever. É Diogo do Couto quem nos ensina, confirmado no século passado por Caldwell, que o «venerável» paria Valuvar compôs 1:330 aforismos poético-religiosos, e quais são os assuntos de que tratam. É também ele o primeiro orientalista que identificou, como reconhece Yule, a lenda cristã de Barlaam e Josaphat com a de Buda, do que agora outros reclamam a honra, por nós não curarmos pugnar por nossas lídimas glórias¹⁵.

Factos desta ordem são infalíveis indicadores da familiaridade dos portugueses, em geral, com os povos, línguas, literaturas e lendas do Oriente. D. João de Castro¹⁶, Fernão Mendes, Lopo de Sousa Coutinho, António Galvão, Diogo do Couto, João Ribeiro, Gabriel Rebelo, eram tão bons escritores como valorosos soldados; sabiam empunhar com igual habilidade a pena e a espada. O próprio grão Épico, com o «braço às armas feito», tinha a «mente às musas dada», como demonstrou mais de uma vez na Índia. Os mesmos negociantes, a pedido de João de Barros e outros sequiosos do orientalismo, consignavam nos seus cadernos, embora em linguagem tosca, informações históricas, descrições de vários géneros e impressões pessoais, tão interessantes e valiosas, que reconhecem agora os ingleses que o livro editado pelo Dr. David Lopes é indispensável a quem queira tratar do extinto reino de Bisnaga, que representou um papel tão importante na história de Índia¹⁷.

Pelo que toca às religiões da Índia – assunto muito intrincado – era aos missionários que competia estudá-las e rebatê-las, visto que, doutro modo, não haveria verdadeira evangelização nem conversões aos milhares. E que os nossos evangelizadores as perscrutavam, consta das *Cartas de S. Francisco Xavier*, das *Cartas de Japão*, das *Relações Annuaes*, da *Notícia do Gentilismo*, e de tantas outras obras impressas que conhecemos, além das que ficaram, por nossa incúria, em manuscrito, como as de Frei Francisco Negrão, Padre Manuel Barradas, Padre Fernão de Queiroz¹⁸.

Confrontem-se os antigos indianistas nacionais com os estrangeiros dos séculos XVI o XVII, e depreender-se-á claramente que os nossos os sobrepujam *toto coelo* pela cópia de vocábulos vernáculos, pela exatidão de transcrições e pela precisão de definições, e que os outros hauriram os seus conhecimentos imediatamente das fontes portuguesas, e reproduziram os termos peregrinos com idênticas formas, que depois foram deturpadas por ortografias peculiares.

¹⁴ «Garcia da Orta é talvez o primeiro europeu que examinou e descreveu criticamente *laca* na Índia, e dá as propriedades e os usos assim da matéria corante como da resina com tal minuciosidade, que se pode citar o passo como da pena dum escritor do século XX em lugar do do XVI». – Watt, *The Commercial Products*, p. 1054.

¹⁵ Vid. o artigo *ágama* na presente obra.

¹⁶ «Alleyxos de carvalho me dixes de parte de vosa s. que lhe mādase allyxandre em parsyo, la lhe mando haindaque has escreturas destes mouros tenhoas por menos autentes que as nosas». – *Vida de D. João de Castro*, edição de Fr. Francisco de S. Luís.

¹⁷ Vid. *Chronica dos Reis de Bisnaga*; Sewell, *A Forgotten Empire*.

¹⁸ «Quanto à genealogia de Bramá e doutros ídolos fabulosos dos índios, e ao que respeita à sua vã teologia, remeto o leitor aos livros do Padre Frei Francisco Negrão... o qual na história x da Crónica das cousas feitas pela sua Ordem na India, escrita em português, fala disto à saciedade... O Padre João Lucena Jesuíta, na sua história de S. Francisco Xavier, escrita em português, faz também da religião e das cousas dos gentios indianos, e mostra que fala com bom fundamento». – Pietro della Valle, *Viaggi*, carta de 22 de março de 1623.

Fenómeno bem explicável. Pouco depois da chegada dos portugueses à Índia, a sua fala, modificada e simplificada, tornou-se *língua franca* e meio ordinário de comunicação entre os europeus e os naturais, entre os europeus de diversas nacionalidades e entre os próprios indígenas de diferentes idiomas; e fracionou-se rapidamente em numerosos crioulos, até hoje existentes fora do domínio português; o que se não deu, pelo menos na mesma amplitude, com nenhuma língua das nações que posteriormente figuraram no teatro político do Oriente¹⁹.

As dições vernáculas, inseridas no português oriental e importadas em larga escala pelos seus crioulos, deviam naturalmente transmitir-se, se bem que em menor número, ao português continental e nele incorporar-se para sempre, enriquecendo assim consideravelmente o seu vocabulário e testemunhando a repercussão da influência asiática, *aere perennius*²⁰.

III. — Influência de idiomas asiáticos em outras línguas europeias

Logo que os portugueses iniciaram as suas conquistas no Oriente, acompanharam-nos muitos indivíduos doutras nações, principalmente da Itália, como artilheiros, comerciantes, viajantes e aventureiros, alguns dos quais desertaram e combateram contra os seus protetores, como em Calecut.

Nas obras que escreveram ou que trasladaram dos originais portugueses, de que se apropriaram, reproduziram, de ordinário, os vocábulos asiáticos na forma e no sentido em que os conquistadores comumente os empregavam, como se vê nos livros de Empoli, Sasseti, Balbi, Linschoten, Beaulieu, Pyard, Tavernier, etc. Alguns chegaram até a copiar os erros tipográficos dos nossos autores²¹. Quando se desviaram das fontes, erraram amiúde na feição vocabular ou na significação, como Barthea e Carletti. Vid. *ágama* e *corja* no *Glossário*²².

¹⁹ «O indo-português é mais ou menos entendido por todas as classes na ilha de Ceilão e por toda a costa da Índia; a sua extrema simplicidade de construção e facilidade de aquisição tendo-a posto extensamente em uso como um meio de tráfico» — *The Bible of Every Land*. Vid. *Dialecto Indo-português de Ceilão*, pelo autor.

«E se vos não enfadar, vos direi o que me aconteceu, curando ao seu príncipe erdeiro [de Nizamoxá], que entonces era homem de 30 annos, muito forçoso, bem acompreisoado e comedor. E porque aprendia a *lingua portuguesa* comigo, me perguntou em *português* que faria a uma sarna que tinha com muito prurido». Garcia da Orta, Col. xxxvi.

Perguntava um padre português, em 1663, a uns missionários franceses que de Surrate pretendiam ir para a China: «Mas em passando de Surrate em que lingua se hão VV. SS. de explicar? Na *Portugueza*, que he a mais universal, não; porque a não sabem, nem aprendem. A Latina e a Franceza totalmente se ignora pelos naturais». — P. Manuel Godinho, *Relação*, p. 45.

²⁰ «De todo este tracto e comunicação com tantos principes africanos e orientaes, antigos e modernos, continuado por longos seculos dentro e fóra da Peninsula, necessariamente haviam de vir, e effectivamente vierão, aos idiomas das Hespanhas, e em particular ao portuguez, muitos vocábulos, frases, formas e idiotismos das linguas daquelles povos, assim como nos vierão usos, costumes e praticas, que ainda entre nós se conservão». — Cardeal Saraiva, *Glossario*.

²¹ Por exemplo: a 1.^a edição dos *Coloquios* (de Garcia de Orta) tem *elevi* por *eleni* como nome malabárico de *lanha* (q. v). Linschoten, em 1589, e Rúnfio, em 1690, transcrevem *elevi* no mesmo sentido, mas o segundo conjuntamente com *lenni*. Dellon (1670), porém, substitui-o por *elenir*, propriamente *ilañir*.

²² A palavra *chakka* da língua do Malabar foi invariavelmente transcrita *jaca* em português. Escretores italianos reproduziram-na por: *ciake* (Marignolli, séc. xiv), *cachi*, *ciccara* (Conti, 1444), *ciaccara* (Barthea, 1510), *giava* (Sasseti, 1586), *giacca* (Fr. Vincenzo Maria, 1655), *ciaca* (Fra Paolino, 1786). O Padre Charlevoix conhecia sem dúvida as *Cartas de Japão* dos nossos missionários; mas, por seguir o Padre Crasset, estropeia muitos vocábulos

Quando os holandeses, os ingleses, os franceses e os dinamarqueses seguiram na esteira dos portugueses, e se apoderaram de vários retalhos e estabeleceram feitorias, adotaram o mesmo processo de se servir, mais ou menos fielmente, dos termos orientais, tais quais tinham passado pelo cadinho português, o que ouviam de viva-voz ou liam nos livros, como se pode verificar nos seus autores e no decurso deste Glossário²³.

Os estrangeiros que vinham a Lisboa, que era então um empório oriental, comprar ou examinar produtos ou animais asiáticos (africanos e brasileiros), levavam consigo, como era de esperar, nomes que aqui vogavam e transmitiam aos seus patricios²⁴.

No decurso do tempo, alguns destes vocábulos, mais vulgarizados, foram acomodados à índole e à ortografia da respetiva língua e à etimologia popular; e por isso ficaram enormemente desfigurados, a ponto de se lhes não conhecer a verdadeira derivação ou de se dar incorreta. Assim temos: *bois d'aigle* e *eagle-wood* por *pau de águila*; *biche-de-mer* e *beech-de-mer* por *bicho do mar*; *bayadère* por *bailadeira*; *albatrós* por *alcatraz*; *cutter* por *caturo*; *cot* por *catre*; *macrée* por *macaréu*; *mort-de-chien* por *mordexim*; *pastèque* por *pataca*; *mangouste* por *mangus*; *bœuf* por *boi* («porta-sombreiro»); *main* por *mão* («peso indiano»)²⁵.

Várias dições que tinham sido outrora daqui exportadas, ou tinham cá sinónimos mais portugueses, foram modernamente importadas no país, por escritores eruditos e dicionaristas solícitos, com trajos exóticos e burlescos, tais como: *aligator* por *lagarto* ou *lagarto de água*; *babouches* por *papuses*; *firman*, que, foneticamente, só existe em francês (os ingleses proferem-no diferentemente) por *formão*; *litchi* por *lichia* ou *lechia*; *rajah* por *rajá* ou *raja*; *schah* por *xá*; *shogun* por *xogum*²⁶.

Não sendo as palavras, que os estrangeiros adotaram por via do português, meros sons sem sentido, mas representativos de ideias e designativos de objetos, é evidente que deveram o seu conhecimento primordial a Portugal e às suas colónias, e indiretamente se sujeitaram á influência de línguas asiáticas.

japoneses, como: *iambus* por *iamabuxis*, *xenxus* por *jenxus*, *xodocins* por *jodoxus*, *conikus* por *conixus*.

²³ «Uma grande parte dos nossos coloquialismos anglo-indianos, se bem que sejam porventura atribuíveis a fontes indígenas... veio-nos por um intermédio português». — Yule, *A Glossary*, p. xv.

²⁴ «Veneza e Génova passaram desde então ao segundo plano, enquanto Lisboa, tomando-lhes o lugar, se tornou a primeira cidade comercial do mundo, onde afluíam superabundantemente todos os produtos do Oriente, o entreposto donde essas mercadorias eram transportadas para todos os países da Europa». — Heyligers, *op. cit.* p. 4.

²⁵ Vid. A documentação nos respetivos vocábulos.

²⁶ «A velha orthographia portugueza dos nomes orientaes era sonicamente muito exacta. Xá e xeque dão-nos bem o som das palavras persiana e arabica, como Xercansor nos dá muito proximamente Scher Khan Súr. Parece-nos, porém, que a sua adopção seria hoje inadmissivel, porque a orthographia se dirige aos olhos, tanto pelo menos quanto aos ouvidos, e esta volta a formas já hoje desusadas introduz um elemento de incerteza na leitura!» — Conde de Ficalho, Col. x.

E assim pensam outros escritores modernos, que não gostam de prata de casa, e perfilham orthografias que nem são tradicionais nem científicas, nem etimológicas, mas somente estrangeiras e as mais das vezes desarrazoadas. O Conde prefere *schah*, *scheikh*, *haschish* (*hashish* = *haxixe*) por causa dos olhos, mas não nos diz que olhos são esses, se portugueses ou franceses ou germânicos, e se não se extasiariam melhor com a grafia de origem. Pois *sch* representa, na língua original, uma só letra, cuja fonação se conforma exatadamente com a do nosso *x* inicial; mas o congresso dos orientalistas (1884) optou por *sh*, que é fonema inglês, sem valor em português.

Vários desses vocábulos são derivados pelos lexicógrafos estrangeiros imediatamente do português. Há, porém, muitos cuja etimologia vão buscar diretamente ao Oriente, em desacordo com o testemunho da história, legítimo aferidor de etimologias. O presente trabalho, restringindo-se, de ordinário, ao inglês e ao francês, indica as formas que os vocábulos de origem asiática, recebidos, em regra, pelo canal português, assumiram nessas línguas²⁷.

Mas não somente para as línguas vivas da Europa e para o latim moderno, mas também para a própria nomenclatura científica, principalmente botânica, transitaram com o cunho português numerosos termos orientais ou de significação oriental, tais como: *Lacerta aligator* = lagarto, «jacaré, caimão»; *Herpestes mungos* = mangus, «icnêumon da Índia meridional»; *Abada* = bada, «rinoceronte da Indochina e Malásia»; *Areca catechu* = areca (cate e cáchu), «arequeira»; *Piper betel* = bétele; *Mangifera indica* = manga, «mangueira»; *Cocos nucifera* = coco, «coqueiro»; *Psidium pyrifera* = pera, «goiabeira»²⁸.

IV. — Nomes portugueses dados a objetos orientais

Quando Vasco da Gama e os seus companheiros e sucessores transpuseram o cabo Nam, passaram o Bojador e penetraram no *mar tenebroso*, viram uma quantidade de aves e peixes que nunca tinham visto, e não sabiam como lhes chamariam. Recorrendo então às analogias e às suas observações pessoais, deram-lhes (como Adão no Éden) nomes que julgaram mais apropriados, e que posteriormente foram adotados pelos mareantes doutras nações. E assim surgiram *alcatrazes*, *antenais*, *mangas-de-veludo*, *feijões-frades*, *rabos-de-junco*, *rabos-forcados*, *pintados*, *brigadeiros*, *almas-do-mestre*; *peixe-bonito*, *voador*, *albacora*, *serra*, *pâmpano*, *madama*, etc.

E quando aportaram à Índia, acharam-se em um país totalmente diferente do seu: homens, costumes, religiões diversas; flora, fauna, drogas, tecidos novos; embarcações, moedas, pesos e medidas peculiares. E não sabiam como os haviam de nomear e registrar nos seus roteiros e memorandos.

De uns poucos já conheciam os nomes, transmitidos pelos árabes (ou genoeses e venezianos) e correntes na Europa ou somente na península hispânica, como, por exemplo: *anil*, *arroz*, *açúcar*, *alcanfor*, *laranja*, *limão*, *gengibre*, *canela*, *cravo*. Mas que faziam com os outros?

A analogia veio outra vez prestar-lhes o seu valioso auxílio: um fruto, que se assemelhava a um papão, foi chamado *coco*, e a árvore que o produzia teve o nome genérico do *palmeira*; um fruto saboroso, que tinha uns longes de figo, denominou-se *figo-da-índia*; um outro, transportado da América e parecido com a pera, designou-se por *pera*, quando no país da sua naturalidade era *goiaba*; a curcuma, que tinha visos de açafrão, ficou sendo *açafrão-da-terra*; a insígnia do hindu regenerado era um cordão,

²⁷ As abonações e a analogia mostrarão que outros idiomas europeus, se possuem tais palavras, deverão admitir idêntica procedência, particularmente o holandês. «Logo que Portugal, e sobretudo Lisboa, se tornou o empório central dos produtos da Índia, os negociantes holandeses começaram e mantiveram com essa capital um comércio muito ativo e sempre em incremento, de sorte que era por seu intermédio que se fazia a venda destas mercadorias nos outros países da Europa». — Heyligers, *op. cit.*, p. 5.

²⁸ Semelhantemente, muitos nomes geográficos denunciam o crisol português, como: *Ceilão*, *Calecut*, *Goa*, *Bombaim*, *Bengala*, *Cochinchina*, *Barmã* (*Birmânia*, que é sua corrupção), *Japão*. Outros vogam traduzidos, como: Cabo de Boa Esperança = *Cape of Good Hope*, ou simplesmente *Cape*; Costa da Pescaria = *Fishery Coast*.

que se podia designar por *linha* ou *linhas*; quem cuidava dos catecúmenos e dos neófitos merecia bem o nome de *pai dos cristãos*; um metal, que era como cobre, mas branco, podia sem impropriedade denominar-se *cobre branco*.

Além disso, a flora possuía várias espécies que tinham propriedades características e conspicuas, das quais tiraram elas os seus nomes: uma árvore, cujas flores se murchavam durante o dia, denominou-se *árvore-triste*; outra, que deitava dos ramos raízes compridas, nomeou-se *árvore-de-raízes*; outra, de folhas muito amargas mas medicinais, foi conhecida por *amargoseira*; uma flor, que servia para engraxar o calçado, chamou-se *flor-de-sapato*; outra, que desabrochava à hora da merenda, teve o nome de *flor-da-merenda*; uma fruta, que era como uma estrela, designou-se por *fruta-estrelada*; outro fruto, que servia para contas do rosário, alcunhou-se *fruta-de-conta*. Identicamente, *pau-de-cobra*, *pau-rosa*, *pau-preto*, *pau-ferro*²⁹.

O lugar de origem do produto também subministrava nome português: *marmelo-de-bengala*, *fava-de-malaca*, *amendoeira-da-índia*, *folhas-da-china*, *junco-da-índia*, *avelã-da-índia*, *mal de Ormuz* («filária»), *mal de Luanda* («escorbuto»).

O mesmo processo analógico e atributivo se seguiu, posto que em menor escala, na fauna: *cobra-de-capelo*, *cobra-alcatifa*, *cobra-cuspideira*, *cobra-de-ratos*; *bicho-de-palmeira*, *bicho-de-mar*, *lagarto-de-água*; *pássaro-domínico*, *pássaro-do-sol*, *peixe-naire*, *peixe-pedra*, *peixe-bigodeiro*, *peixe-pâmpano*.

Outras palavras portuguesas adquiriram na Índia significações especiais, como: *casta*, na aceção de «classe social do regime bramânico»; *sombreiro* por «guarda-sol grande»; *pano pintado* por «chita»; *bailadeira* «mulher que dança por profissão»; *bacia*, «prato que se tange com uma baqueta»; *espada preta*, «alfange timorense»; *mouro*, «maometano»; *comunidade de aldeia*, «peculiares associações agrícolas»; *lavrador de palmeiras*, «o indivíduo que extrai seiva delas»³⁰.

V. — Carácter sematológico e morfológico dos vocábulos adotados

Não tendo os portugueses na sua língua palavras para designar objetos desconhecidos, nem bastando o processo de analogia, de denotação característica e de procedência geográfica, foi necessário adotarem os nomes correntes na respetiva localidade, que primeiramente foi o Malabar³¹. E o nome que foi uma vez adotado aplicou-se, em regra, ao idêntico ou semelhante objeto doutras regiões, ainda que estas possuíssem seus termos vernáculos. Assim, encontramos *pagode*, *andor*, *palanquim*, *bétele*, *caixa*, *manga*, *chuname*, não somente na Índia, mas igualmente na Indochina, na Malásia, na China, no Japão.

Os referidos termos peregrinos podem agrupar-se, para maior clareza, em certas classes principais:

I. Nomes de objetos inanimados, tais como: a) os de tecidos, que são numerosíssimos e, lexicologicamente, difíceis; b) de embarcações de

²⁹ *Pau-ferro* é tradução do malaio *káyu bési*.

³⁰ Vid. também *boiada*, *brinco*, *cangalha*, *cartaz*, *caseiro*, *carruagem*, *descendente*, *dobrado*, *enganchado*, *enrolado*, *fama*, *fechado*, *vigiador*.

³¹ «Chamamos-lhe *betre*, porque a primeira terra dos Portuguezes conhecida foi o Malavar... Todos os nomes que virdes, que nam sam portugueses, sam malavares; assi como *betre*, *chuna*, que he cal, *maynato*, que he lavador de roupa, *patamar*, que he caminheiro, e outros muytos». — Garcia da Orta, *Colóquio de Betre*.

diversas regiões, os quais também não são poucos, e alguns deles obsoletos nas próprias localidades; c) de moedas, pesos e medidas, em parte antiquados e de procedência incerta; d) alguns de metais e pedras preciosas³²; e) uns poucos de vestuários³³; f) muitos de drogas medicinais e industriais; g) alguns de instrumentos musicos³⁴; h) uns poucos de documentos³⁵; i) de louça³⁶; j) de artigos culinários³⁷.

II. Alguns da fauna da Ásia meridional, como: *abada, ganda, ema, nilgau, chitela, bibió, manduco, talagoia, mangus, nore, martinho*; – e copiosíssimos do reino vegetal e dos seus produtos³⁸.

III. Alguns nomes de geografia física: *cande, patana, atol, cantor, casana, borodo, culna*; – uns poucos de geografia política: *caçabé, praganá, pacari, malo, taluca, corla, fu, cheu*.

IV. Nomes de fenómenos meteorológicos: *monção, tufão, macaréu, samatra, vara, elefante, terral*; – e de doenças: *mordexim, beribéri, panicale, naru*.

V. Nomes de castas: *brâmanes, charodós, sudros, naires, macuas, chaliás, poleás, pariás*; – de dignidades: *samorim, rajá, xá, paxá, modeliar, bendará, mandarim, aitau, dairi, cubó, jacata, tono*; – de profissões e mesteres: *panditos, chatins, banianes; naiques, lascarins, sipais, araches, mainatos, farazes, cules, bois*.

VI. Nomes de religiões, com sufixos portugueses: *bramanismo, hinduísmo, budismo, jainismo, xintoísmo, lamaísmo, tauísmo*; – de seus deuses: *Bramá, Vixnu, Xiva, Ganês, Calí, Amida, Xaca, Camis*; – de seus templos: *pagodes, varelas, teras, dágabas, mias*; – de seus ministros e religiosos: *gurus, botos, saniassis, jogues, faquires, bonzos, bicos, talapões, lamas, rolins, fotoqués, icoxus*; – de suas festividades, cerimónias e objetos de culto: *sigmó, dosseró, caló, divali, puzá, bom, tirta, prassado, tulossi, suriapano, olli, morchéis*.

VII. Uma grande quantidade de termos técnicos das associações agrícolas aldeanas de Goa, muitos dos quais são do uso restrito em português³⁹.

Vê-se da sucinta enumeração que as palavras recebidas designam, na sua generalidade, objetos materiais, e são todas substantivos. Mas chiado é adjetivo.

Alguns destes vocábulos, porém, transportados para a Europa, não conservaram a sua significação originária, ou tiveram outra acessória, como: *chatim, veniaga, pagode, corja, caurim, bailéu, amouco, sumbaia, canja*.

Os portugueses, todavia, não se contentaram com os termos importados; formaram deles muitos derivados: substantivos, adjetivos e verbos, como, por exemplo: *chatinar, chatinagem, guazilado, mandarinado, mandarinete*,

³² *Calaim, tutenaga, tambaca; babagore, jagonça, manica, perose.*

³³ *Cabaia, baju, quimão, camarabando, dotim, chole, papuses, patola.*

³⁴ *Rabana, murdanga, baba, gumata, xinga, goto.*

³⁵ *Chapa, cartaz, formão, potó, goguensi, goxum.*

³⁶ *Pires, bule, chávena, boião, anchão.*

³⁷ *Canja, caril, apa, fogueú, bringe, balchão, paparim, bibica chau-chau.*

³⁸ Só com relação ao coqueiro, temos os seguintes: *ola, churta, icle, murindo, sura, niró, urraca, fenim, fenasco, cajuló, dobrado, jagra, tenga, lanha, coco bórico, manzari, selim, copra, copraol, chireta, cairo, alenga, terlo, terluca, manducar, lavrador, derrubador, julgador, etc.*

³⁹ É Bluteau quem, entre os lexicógrafos, os regista mais, com longas explicações. E existe um glossário especial.

anchacilado, tanadaria, gancaria, gancarial, bonzeria, bonzeiro, pagodento, mutrado, foteado, enjangado, embangueado (de banguê), juncaneiro, mordangueiro, empolear, desempolear, encachar, engunar, encairar, enrotar, enrotador, aripar, aripeiro.

Derivados botânicos são sem conto: *manga > mangueira, mangueiral; areca > arequeira, arecal; caju > cajueiro, cajual; jaca > jaqueira, jaqueiral; palma > palmar, palmeira, palmeiral, palmareiro; bambu > bambual; pateca > patecal.*

VI. - Valor lexicológico dos vocábulos importados

I. Quanto ao *tempo*, convém discriminar os termos orientais em antigos ou obsoletos, e modernos e contínuos.

As palavras vivem na linguagem falada enquanto designam objetos que atualmente existem; se estes desaparecem, são mortas, ou históricas, se constam de algum documento. Ora, desde os nossos descobrimentos e conquistas até hoje se tem operado, no Oriente da influência portuguesa, variadas e profundas mudanças em diversos sentidos: sociais, políticas, administrativas, fiscais, industriais, comerciais, monetárias, navais, etc. E nestas vicissitudes sucumbiram e afloraram numerosos vocábulos.

Conquanto sejam correntes na região da sua origem, se cessaram as relações desta com Portugal (como aconteceu com o Japão, Maluco, Ormuz), só podem ser conhecidos pela nossa antiga literatura oriental, verdadeiramente nacional; ou pela moderna, escassa e pouco lida, a qual por vezes os apresenta com feição tão exótica e estrangeirada que mal se podem identificar, como: *kouli* ou *coolí* (= cule), *schah* (= xá), *kimono* (= quimão), *litchi* (= lichia), *punkah* (= pancá), *suttee* (= sati), *haschich* (= haxixe), *bangalows*, *bengalows*, *bungalows* (= bangalós).

Os termos modernos não entraram no continente com novos objetos, mas geralmente pelos livros de funcionários e viajantes; não os conhece, por isso, o povo. Alguns devem a sua introdução à literatura francesa e inglesa, principalmente periódica.

II. Quanto ao *lugar*, uns são comuns à metrópole e às colónias, assim no sentido como na forma vocabular; outros somente na forma (como *corja*, *chatim*, *canja*, *veniaga*); outros são comuns às colónias asiáticas e africanas orientais (como *achar*, *canudo*, *jagra*, *machila*, *saraça*); outros são regionais, os quais pertencem ao respetivo crioulo, como se verá no *Glossário*.

Os produtos, os artefactos, as drogas e outros artigos, que em tanta quantidade e diversidade entravam em cada monção no Tejo e se espalhavam pelo país inteiro, vinham ordinariamente acompanhados dos seus nomes vernáculos, que corriam de boca em boca por todo o povo. Assim se introduziram na fala comum *abada*, *andor*, *bengala*, *biombo*, *bule*, *chá*, *chávena*, *charão*, *catana*, *catre*, *caurim*, *chita*, *coco*, *jangada*, *pires*.

Os indiáticos falavam constantemente, conforme o testemunho de Francisco Rodrigues, nos *boís*, *larins*, *bazarucos*, e outras cousas por eles vistas mas não importadas. Tais palavras, porém, não se propagavam, por lhes falecer o substrato.

Mas dado o ensejo, também diriam, com ares de superior competência: «Aquele comerciante é agudo e subtil como um *chatim* da Índia: homem de tretas, sem consciência, sem Deus». Ou: «Que *corja* de roupa tu compraste! Aquilo não vale um *caurim*; tu foste logrado». Ou: «Cuidado com aquele

sujeito! Está feito como um *amouco* do Malabar; não se importa de morrer, contanto que se vingue». Ou: «Oh! que folgado desordenado! Pareceu-me um *pagode* da Índia: tal algazarra, tal bambochata». Deste modo a gente aprenderia a empregar figuradamente tais expressões e outras semelhantes, como *salema*, *sumbaia*, *veniaga*, *babaré*.

Muitíssimos vocábulos não tiveram, contudo, ocasião de vir para a Europa; mas também não permaneceram na sua restrita pátria, estenderam-se. mercê dos portugueses, por toda a zona da nossa atividade na Ásia e até na África e na América⁴⁰.

Houve outros que somente eram correntes na área da sua língua, porque os objetos que designavam não eram conhecidos fora do país, como os nomes de certos funcionários, peças de vestuário, iguarias, animais, árvores e seus produtos, etc.

III. Quanto ao *uso*, uns são vulgares e outros literários ou eruditos. *Vulgares* ou *vivos* denomino os termos que são ou foram de facto usados pelos portugueses ou seus descendentes em qualquer parte do Oriente ou em determinada localidade. Os literários são os que figuram nos livros dos nossos orientalistas e que, por sua natureza, não seriam empregados na linguagem falada.

Temos tratadistas da Índia, da Pérsia, da China, do Japão, e doutros países, os quais descrevem as religiões, as instituições políticas e sociais, a marinha, a flora, a fauna; e tudo isso com os seus nomes vernáculos aprendidos nos livros ou dos especialistas⁴¹. Tais termos ocorrem unicamente no autor ou nos autores que tratam do mesmo assunto, e às vezes nos lugares onde se não praticava a língua portuguesa.

VII. - Tratamento fonológico, morfológico, sematológico e etimológico dos vocábulos importados

Na adoção das palavras orientais, os portugueses antigos tiveram sempre em vista dois princípios de alto valor glotológico: representar fielmente o seu som e significado, quanto o alfabeto nacional, sem novas letras ou sinais diacríticos, e as informações cuidadosamente colhidas, na falta de conhecimento pessoal, o comportavam; e ao mesmo tempo dar-lhes uma feição possivelmente consentânea à índole do idioma pátrio.

O que os nossos escritores da atualidade, mais cosmopolitas e mais filólogos, consideram, consciente ou inconscientemente, como defeito, proferindo sem discernimento formas estrangeiras e grotescas, é na realidade uma virtude, engendrada pelo purismo da língua portuguesa e pelo verdadeiro nacionalismo⁴². Um termo peregrino não pode incorporar-se em uma língua sem se despir do seu carácter heterogéneo, do mesmo modo

⁴⁰ Como: *bate*, *sura*, *jagra*, *calão*, *fula*, *gudão*, *caixa*, *cule*, *sombreiro*, *saguete*, *curumbim*, *mogarim*, *longana*.

⁴¹ Como são os decadistas, Fernão Mendes, missionários do Japão (*Cartas*), Gaspar da Cruz, Jacinto de Deus, Fernão de Queiroz, Manuel Barradas, Pedro Teixeira, os autores da *Notícia da Cochinchina* e das *Noticias do Gentilismo*, etc.

⁴² «Orta dá estes nomes [asiáticos] como os pôde apanhar de ouvido, e nas irregulares transcrições do seu tempo, quer dizer com muita incorreção». Conde de Ficalho. — Bem entendido o sistema de transcrição, embora um tanto inconsistente, e tida em conta a oscilação da ortografia antiga, as incorreções não são tantas e tamanhas como se afiguram à primeira vista. Orta reproduziu as palavras como vulgarmente se enunciavam ou como se deviam proferir em português; mas sabia notar leves variantes fonéticas: «Todos lhe chamam *afiom*, scilicet, os Mouros, donde os tomaram os Gentios, e nós corrompidamente lhe chamamos *amfiam*». Col. XLI. — Nem todos os vocábulos persas e árabes são pronunciados nas línguas da Índia da mesma maneira que no solo da sua naturalidade.

que um estrangeiro não pode naturalizar-se sem se sujeitar às leis do país. Se as palavras de origem latina fossem escritas e proferidas como na sua fonte, teríamos latim, mas não português. A filologia superficial encontraria, sem dúvida, mais facilidade na investigação etimológica, mas a língua perderia muito do cunho evolutivo, seria indefinida⁴³.

A justa combinação, porém, de ambos os princípios fundamentais acarretavam-lhes algumas vezes sérias dificuldades de carácter fonológico. Sabiam muito bem os nossos escritores que diversas línguas vernáculas, mormente as monossilábicas, tinham mais fonemas, sons aspirados, letras dobradas sonantes, tons ou modulações de voz; os quais não podiam, em geral, enunciar e reproduzir na escrita, e se o pudessem, não seriam entendidos. Não ignoravam, por exemplo, que os persas diziam e escreviam *khan'*. Como o pronunciariam e transcreveriam? A par de algumas variantes (*chan, han, kan, can, cam*), prevaleceu a forma *cão* – *Idalcão, Rumeção, Cedecão*⁴⁴. Garcia da Orta, Diogo do Couto, Frei Jacinto de Deus explicam o motivo, se bem que tenham a forma corrente por corrupção do protótipo. Os dois primeiros conheciam que *morxi* transliterava exatamente o concani *moḫxi*; não puderam, contudo, reagir contra *mordexim*, forma menos etimológica, mas, em compensação, mais portuguesa. Fernão Mendes ouvira, mais e melhor do que os viajantes modernos, os japoneses dizerem *kimonó*; como porém não escrevia para japões, mas para portugueses, e não queria passar por tolo (que o tachariam de mentiroso, já o previa), ortografou *quimão*; o *quimão* é a verdadeira representação nacional de *kimonó*, que, por mais que se repita, será sempre vocábulo estrangeiro⁴⁵.

Quais foram então as principais alterações fonéticas a que se sujeitaram as dições asiáticas na sua transição para o português? Podemos estabelecer as seguintes regras:

I. O *i* final nasalizou-se. Ex.: *lascarim, mordexim, caurim, langotim, bigarim*⁴⁶. Houve também nasalização no interior de muitas palavras. Ex.: *palanquim, bonzo, biombo, anfião*. Exceção: o *i* final de poucas vezes tomou *l* de encosto: *caril, candil, sandil, cauril, cacheril*.

II. A nasal final literal (*ng, am', om', on', un'*) converteu-se em neutra ditongada *ão*. Ex.: *sultão, cão, formão, gudão, balão, vancão*. O mesmo se deu com *au, ao* ou *av* final. Ex.: *aitão, fão, batão, gão, parão, anfião, dução*.

III. As consoantes finais, exceto as que a fonologia portuguesa admite, tiveram e ou o de encosto. Ex.: *bate, cato, ou cate, chito, cátele, late, moto*. Em vocábulos malaaios cai normalmente o *q* final, que é pouco perceptível. Ex.: *bada, calambã, champada, bentó, pucho*. Também *puló* de *pulot*.

IV. As consoantes dobradas tornaram-se singulares. Ex.: *chatim, bétune, budão, mainato, areca, aca* ou *acca*.

⁴³ Assim *lunch*, pronunciado à inglesa, não será nunca português, se não escrevermos *lanche*; e *sport* será sempre inglês, se não ortografarmos, como proferimos, *esporte*; *touriste* só será português tornando-se *turista*, como o é em castelhano.

⁴⁴ «Hospedados los dos europeos en la tienda del Khan (se pronuncia Jan) ó jefe del aduar, esperaron la celebracion de la ceremonia». – Alfredo Opisso, *El Asia Musulmana*, p. 27.

⁴⁵ O mesmo processo de dar feição portuguesa foi seguido no continente com respeito aos vocábulos árabes. E isso está na essência da evolução espontânea de qualquer língua.

⁴⁶ Cf. port. Ant. *si* = sim, *assi* = assim; e o popular *perum* = peru.

V. As consoantes aspiradas mudaram-se em inaspiradas. Ex.: **banque**, **bate**, **cande**, **candim**, **adar**, **gará**. O *h* inicial e medial suprimiu-se em regra, e o final, sempre. Ex.: (*h*)*indu*, (*h*)*azar*, (*h*)*ucá*, (*h*)*amal*; *brâ(h)mane*, *ba(ha)r*, *bá(há)dur*; *palapa(h)*, *jáo* = *jāuh*, *jangá* = *changgah*. Excetua-se o *h* inicial japonês (e às vezes o chinês), que passou a *f*. Ex.: *facharão*, *faxi*, *fanjo*, *fíguri*, *fotoqué*; *fão*.

VI. As cacuminais *t* e *n* tornaram-se, normalmente, dentais. Ex.: *chita*, *moto*, *nirvana*, *bavina*, *bornim*. Mas *boto* ou *botto*, *cota* ou *cotta*, *Gate* ou *Gatte*⁴⁷.

VII. O *d* e o *l* cacuminais tiveram três tratamentos: a) de *r* português, fonema mais aproximado: **areca**, **ará**, **curó**, **cormoró**; b) de *d* e *l* dentais: *adáo* ou *addáo*, *borodo*, *badagas*; *cambolim*, *ambalô*, *beta**l***; c) ou um e outro: *purvém* ou *pu**dv**ém*, *morexim* ou *mord**ex**im*; *gueri* ou *guelli*⁴⁸. O *d*, antecedido de nasal, é sempre dental: *candil*, *cande*, *caranda*, *ganda*.

VIII. *Cha* inicial dos vocábulos malabáricos transmuda-se por vezes em *ja*. Ex.: **jangada**, **jaca**, **jagra**; também **juncão**. *Chi* passa a *cha*. Ex.: **chatim**, **chareta**, **charuto** (por intermédio do inglês *cheroot*).

IX. Recorreu-se amiúde ao suarabácti ou anaptixe de *a*, *e*, *o*, *u*, para substituir o *a* surdo (quási mudo) dos idiomas áricos. Ex.: *pat**a**mar*, *batt**a**car*, *mord**ex**im*, *cane**qu**im*, *mand**ov**im*, *mandu**car***.

X. O *a* breve medial do concani e marata, que se avizinha mais do nosso *o* breve aberto, transcreveu-se por essa vogal, em conformidade com a prolação. Ex.: *jono* (conc. *jaṅ*), *moto* (conc. *maṭh*), *boto* (conc. *bhaṭ*), *formão* (persa *farman*, pron. *phormaṅ* no Concão).

XI. O *i* e *u* átonos, seguidos de vogal, ortografam-se e e *o*, sem mudança fonética. Ex.: *baneane* por *baniane*, *pareá* por *pariá*, *chaleá* por *chaliá*; *bedoim* por *beduim*, *catoalia* por *catualia*, *goazil* (p. us.) por *guazil*. Item *u* átono pré-consonântico: *poleá* por *puliá*, *modeliar* por *mudeliar*.

XII. Identicamente, escreve-se algumas vezes *qu* e *gu* por *c* e *g*, antes de *a* e *o*. Ex.: *areq(u)a*, *jaq(u)a*, *coq(u)o*, *mang(u)a*, *adig(u)ar*.

XIII. Ocorre amiúde nos escritores antigos *g* por *gu*, *ch* por *c* ou *kh*, *qh* por *kh*, *i* por *j* e *j* por *i*, *s* por *ss* ou *ç*, *u* por *v* e vice-versa. Ex.: **qerindão**, **qémio**, **inge**, **frange**; *chorombim* (= *curumbim*), *laschari* (= *lascari*), *machiê* (= *maquiê*); *chan*, *chanchana* (= *khankhana*), *cheripo* (= *kheripo*); *qhatri* (= *khatri*), **qhoxteira**; **iaca**, **iagra**, **brinie**, **doiucu** = **dójico**; *agomja* = *agomia*, *chanoju* = *chanoiu*, *xaja* = *xaia*; *jousis*, *casapo*, *basim*, *damasim*, *lasamane*.

Dão-se várias outras modificações fonéticas, principalmente nas línguas monossilábicas (que exprimem por frases uma ideia simples); as quais se não podem reduzir a regras gerais, mas que se podem examinar no corpo do *Glossário*.

Convém aqui notar que em algumas edições antigas se suprime a cedilha inicial, e algumas palavras vêm erradas, por falta de revisão cuidada ou falha na cópia. Ex.: **camorim**, **candil**, **carapo**, **caleti**; *atabaque* por *atalaque*, *arimono* por *norimono*, *gorsa* por *gorca*, *catopa* por *catapa*.

⁴⁷ Convencionaram os missionários antigos notar a consoante cacuminal pela geminação das dentais; mas os europeus não lhe davam comumente o som representado. O mesmo se pratica atualmente em Goa, mas com a correspondente fonação. É o que explica a geminação de letras de certos vocábulos, que figuram nesta obra.

⁴⁸ Os europeus preferem *r*: os índios propendem a conservar o som originário.

Em conclusão, pode-se afirmar que houve desde o princípio duas correntes: uma erudita, que tendia a guardar a forma típica; outra popular, que acomodava as palavras exóticas à índole do idioma próprio. A primeira circunscreveu-se à investigação etimológica e à terminologia científica; a segunda, oscilante às vezes, generalizou-se, incorporou-se na língua e produziu algumas variantes, como em *cátele* e *bétele*.

Com relação à *morfologia*, cumpre encarar o gênero e o número que os portugueses deram aos termos de origem asiática, quando os incorporaram na língua.

Quanto ao *gênero*, a regra que seguiram não foi a de conservar o originário (à exceção do neutro, que não podiam representar), mas a de adaptar o vocábulo à gramática nacional.

1. Consoante esta norma, são femininos todos os nomes que terminam em -a átono. Ex.: **a chita** (neut.), **a ganda** (masc.), **a alanga** (neut.), **a bichara** (masc.). Excetuam-se os nomes que denotam o sexo. Ex.: **o cornaca**, **o lama**, **o bendara**, **o jacata**, **o chua**, **o balala**, **o garuda**.

2. Há muitos substantivos, terminados em a, que são indiferentemente masculinos ou femininos. Ex.: **o mantra**, **a mantra**; **o purana**, **a purana**; **o xastra**, **a xastra**; **o linga**, **a linga**; **o dacma**, **a dacma**; **o jangada** (naire-guarda), **a jangada**⁴⁹. Mas **o Veda**, **o gotra**.

3. Os nomes de qualquer outra terminação consideram-se masculinos. Ex.: **o bate** (neut.), **o cate** (masc.), **o babaré** (masc.), **o jambulão** (neut.), **o bagançal** (fem.), **o caril** (fem.), **o cati** (fem.), **o fenim** (fem.), **o lonim** (neut.), **o meru** (neut.). Excetuam-se: **a funé**, **a funce**, **a laulé** (embarcações); **a bicuni**, **a apô** (designações de mulheres).

4. Uns poucos substantivos têm um e outro gênero. Ex.: **o cassabé**, **a cassabé**; **a mangostão** (ant.), **o mangostão**; **o aliá** (ant.), **a aliá**, conforme o sexo; **os zaiôs**, **as zaiôs** (como em *concani*); **o adia**, **a adia**.

5. Alguns nomes designativos do sexo têm femininos irregulares. Ex.: **o faraz**, **a farazoa**; **o chardó**, **a chardina**; **o dessai**, **a dessaina** (do conc. *desâyîñ*). Também: **cafre**, **cafra**; **brâmine**, **brâmina**.

Quanto ao *número*, igualmente se seguiu a morfologia portuguesa. Mas há algumas particularidades a notar:

1. Um ou outro substantivo tem duas formas no plural, como: *durião* > *duriões*, ou *duriães* (Couto); *mangostão* > *mangostões*, ou *mangostães* (Orta, Erédia); *diuti* > *diutis*, ou *diutiôs* (do conc.).

2. Vários nomes *concanis*, não perfeitamente aportuguesados, tomam no plural português a forma do plural indígena. Ex.: *beṇḍó*, *beṇḍés* = *bendó*, *bendés*; *āmbāḍó*, *āmbāḍé* = *ambaddó*, *ambaddés*, ou, melhor, *ambaró*, *ambarés*; *gāvḍó*, *gāvḍés* = *gavḍó*, *gavḍés*; *dālēm*, *dālīm* = *dalēm*, *dilins*; *dālī*, *dāliyô* = *dali*, *daliôs*.

3. Alguns substantivos se empregam, em um e outro número, na forma do plural vernáculo, juntando-se-lhe no plural o sufixo -s. Ex.: *kāñkaṇ*, *kāñkaṇām* = *cancanã*, *cancanãs*; *karāb*, *karābām* = *carabã*, *carabãs*; *chāmpēm*,

⁴⁹ Isto é: houve duas correntes divergentes. Uma cingiu-se à morfologia portuguesa; a outra guiou-se pelo gênero de origem, incluindo o neutro no masculino.

chāmpim̃ = *champil*, *champins*; *āṅgaṅ*, *āṅgaṅāṃ* = *anganã*, *anganãs*; *harđó*, *harđé* = *arare* (Orta)⁵⁰.

4. Alguns nomes não se usam no singular, e o seu plural é formado sobre a base vernácula: *zāy*, *zāyô* = *zaiôs*; *chirbuli*, *chirbuliyô* = *chirbuliôs*.

5. Ocorre plural do plural de alguns vocábulos, como: *boiá*, *boiás*, *boiazes*; *gará*, *garás*, *garazes*; *cancana*, *cancanas*, *cancanases* (Bluteau).

Quanto à *sematologia*, era natural que os portugueses empregassem, em regra, os vocábulos no mesmo sentido que os indígenas lhes atribuíam. As definições e as descrições que os autores dão, uma e mais vezes, são, de ordinário, corretas e cabais. Se erram algumas vezes, é por deficiência da informação nas cousas que lhe não caíam debaixo da vista.

Houve, sem dúvida, no lapso do tempo, modificações de certos significados primordiais, simultâneas ou sucessivas. Os portugueses alteraram ou ampliaram as atribuições de certos funcionários e oficiais; mudaram o valor e a matéria de diversas moedas; e introduziram outras modificações, conservando, porém, os nomes vernáculos.

Os autores, não tratando do assunto *ex professo* (como fez António Nunes com moedas, pesos e medidas da Ásia e da África Oriental), tomam as dições nas mesmas aceções que vogavam na sua época e no seu sítio, não podendo, por conseguinte, haver acordo entre todos. Também não dão sempre uma definição compreensiva de todos os casos, mas restritiva à matéria que versam. Por exemplo, Fernão Mendes atribui à *altirna* ora uma cor, ora outra; em uns passos a faz capa dos religiosos budistas, em outros, a dos cortesãos do Japão. Figuram umas poucas palavras cujo sentido se não completa ou se não determina sem outra palavra, subentendida, como *caril*, que os europeus entendem por «arroz, molho e acepipes». No português indiano se diz *arroz-caril*, como em *concani*. Idêntico facto se deu com *opala*, que é de origem sânscrita, mas por si somente significa «pedra». Também os franceses e os ingleses dizem *cobra* em lugar de *cobra-de-capelo*. Cf. *bengala*, *rota*, *guno*, *lascar*, *leros*.

Figuram vários vocábulos peregrinos em certos livros ou cartas sem nenhuma explicação. Os autores julgaram escusado interpretá-los, por serem conhecidos dos leitores.

Pelo que respeita à *etimologia*, raros são os escritores que, como Garcia da Orta, João de Barros, Diogo do Couto, Fr. Jacinto de Deus, indicam o étimo exato. Contentam-se, pela maior parte, com reproduzir fielmente a palavra, até com a sua prosódia, que, normalmente, era dispensável (como *lanchára*, *patóla*, *patáca*, *ballâtes*, *balâlas*, *dissâva*, *lacsamána*), e com indicar o berço ou a pátria. Alguns nem mencionam a naturalidade, ou se limitam a declarar «como eles dizem» ou «como eles chamam»; o que não implica necessariamente que o termo é corrente na região de que se trata; vale por «como se diz» (*on dit*, em francês). Outros, como Fernão Mendes Pinto e os missionários, levam consigo na bagagem vocábulos de diferentes procedências para toda a parte aonde vão.

Isso não quer dizer que muitos dos nossos indianistas não conheçam a precisa forma originária. Sabiam-na perfeitamente, porque a ouviam com frequência e tinham ouvido apurado. Mas não a podiam reproduzir com exatidão pela fonética portuguesa, nem tinham por conveniente socorrer-se de ortografias exóticas, que o leitor ordinário não perceberia.

⁵⁰ Estes substantivos são comumente usados no plural; mas em português não poderiam considerar-se como tais sem o sufixo distintivo.

Finalmente, convém observar que nos séculos XVI e XVII eram mais conhecidos e estavam mais vulgarizados em Portugal do que nos nossos tempos muitíssimos termos orientais, que depois caíram em desuso, tais como, conforme os nossos historiadores e dicionaristas antigos: *achar, babará, late, baju, catana, caurim* (no sentido próprio), *bentó, guingão, canequim, cotonia, cheila, cacha*, etc. Os indianistas, aos quais semelhantes palavras eram de uso quotidiano, podiam, portanto, dispensar-se de os interpretar ou de apontar a sua procedência.

VIII. – Lexicologia luso-asiática nos dicionários portugueses

Atentas as múltiplas dificuldades, de fácil intuição, não é de admirar que a lexicologia portuguesa, concernente às terras com que mantivemos relações majestáticas, político-internacionais, religiosas e comerciais, não tenha até hoje tido o merecido tratamento nos nossos dicionários, ainda mesmo nos mais copiosos e modernos. As deficiências e os defeitos são de diversas espécies.

I. Em primeiro lugar, há omissão de centenas de vocábulos, antigos e atuais, que figuram nos livros e nos periódicos continentais e coloniais, como mostra a presente obra⁵¹.

Bento Pereira. Bluteau, em especial, e Morais registam numerosíssimos vocábulos asiáticos e africanos, muitos dos quais não foram insertos nos dicionários mais compreensivos dos últimos tempos, posto que incluam muitíssimos modernos. Não se sabe bem o motivo: se por não terem sido notados, se por não se acharem justificados, ou se para não avolumarem. Em todo caso, é uma falta grave⁵².

São registados truncados alguns vocábulos, como: *bessi* por *cáiu-béssi*; *billis* por *belichaparo*; *adão* por *árvore da fruta-de-adão*.

II. Em segundo lugar, os lexicógrafos modernos inserem uma quantidade de termos supérfluos e descabidos, principalmente botânicos, derivados das línguas das nossas colónias, e até das estrangeiras, somente porque os mencionou algum autor, científico por erudição ou por ignorância, quando há em português os seus correspondentes, muito usados e expressivos. Se fôssemos recolher todos os nomes que os naturais dão à sua flora e fauna, ou que figuram nas obras botânicas de Garcia da Orta, Rheede, Rúnfio, Lopes Mendes, Watt... teríamos uma espécie de calepino multilinguístico, e não um dicionário da língua portuguesa.

Nota-se, além disso, redundância de variantes – às vezes meia dúzia – dum mesmo vocábulo, sem se discernir se com efeito estiveram em uso tais formas, ou provieram de erros de imprensa, dos copistas ou de algum

⁵¹ Tais são, somente na letra a, os seguintes: *abcari, abolim, achém, açoca, adar, addão, ágama, ageres, ageru, agi, agra, água de peru, alcista, aier, aleja, alenga, amanhã, amanata, ambul, ambolim, Amida, anchaci, anchacilado, anchão, angana, angira, angracá, anista, anjuão, annavi, apô, aptaguir, apuame, arado, arco, arcolim, arda, arel, arroz puló, asa de peixe, assidar, assuai, atalá, atalaque, atapala, atapato, atol, aurora, avacari, avel, Avesta, avildar, e outros, que serão dados no Suplemento.*

⁵² Omitem-se, por exemplo, em dicionários modernos palavras com as seguintes: *formão*, de tanta frequência na literatura oriental, mas registam *firmão* ou *firman*, que nunca foi português; *cacoete*, de que o Cardeal Saraiva declara que, não obstante a sua origem grega e feição erudita, era popular no seu tempo no Minho, e que é corrente na Índia no sentido de «gagueira»; *chiripo*, «tamanco» (dado por João de Deus), que Gabriel Rebelo menciona na sua *Informação de Maluco*, e que ainda voga na Índia; *caçanar* ou *catanar*, «sacerdote dos cristãos siríacos do Malabar», dos quais tanto falam os nossos indianistas.

autor pouco cuidadoso, ou se são devidos à diversidade da ortografia antiga⁵³.

Variantes fonéticas de muitas palavras foram convertidas em vocábulos semanticamente independentes, como: *babaré*, *babaréu* e *babaiés* (evidentemente erro tipográfico); *aleia* («elefante sem dentes») e *aliás* («fêmea de elefante»); *lúcio* («certa embarcação da costa do Monomotapa») e *lúzio* («espécie de embarcação da Índia»); *gorgoli* («vaso com água, em que se imerge o tubo do cachimbo para esfriar o fumo») e *gurguri* («espécie de narguilhé, usado pelos baneanes e mouros da África Oriental»); *mangu* ou *mangus* («animal carnívoro de Ceilão»), *manguço* ou *mangusto* («animal mamífero e carnívoro da Ásia e da África»), *mangoose* («espécie de raposa de Moçambique») e *mongu* («subgénero de mamíferos quadrúmanos do género máki»); *boy* («criado, serviçal») e *bóya* («portador de machila»)⁵⁴.

III. Por um motivo ou outro, figuram nos dicionários vários vocábulos foneticamente mal representados. Temos, por exemplo, *bringe*, *bringue* e *brinie* como três dições diferentes, quando na realidade não há senão *bringe*. A falta de cedilha em *Çandil* (vid. *sadi*), em um passo de João de Barros, produziu um novo termo, designativo duma moeda de Ormuz. Por ocorrer no *Vergel* de Fr. Jacinto de Deus *arimono* por *norimono*, Bluteau incluiu-o no seu *Vocabulario*, e os dicionaristas posteriores, sem mais investigação, foram-no copiando com o epíteto de antigo. Por ter algumas vezes, nos livros antigos, u o som de v, inscreveu-se *calvete* em lugar de *caluete*. A troca tipográfica do uma letra ocasionou a inserção de *goling* por *goting*⁵⁵.

São igualmente frequentes os erros prosódicos, como: *lânchara* (*lanchára*, Barros), *daimio* (*daimeó*, *Cartas de Japão*), *arimono*, *badúr*, *ábada*, *betél*, *mirza*, *cotónia*, *sanscrito*, *sarangúi*, *agár-agár*, *badí*, *abariaré*, *páttem*, *chodéne*, *chalé*, *láule*, *jânga*, *bóia*, *ambâro* (= *ambaró*), *coucés*, *cér* (= *cêr*), *fedéa* ou *fedeia* (= *fédea*), *gânja*, *anácara*, *pali* (= *páli*).

Há certas palavras, de tal modo desfiguradas, que se não podem identificar com segurança, por deficiência do significado, como: *baty* («antiga embarcação indiana»), talvez por *bantim*; *ifol* («arvoreta da Índia Portuguesa»), talvez por *tefol* ou *tirfol*; *lassacuane* por *lassamane*; *panguio*, talvez por *pangueró*; *fanos* por *fanões*; *nanchni*, «uma das modernas línguas indianas»!

Figuram, além disso, várias formas estrangeiradas, como: *babirusa* (= *babirussa*), *litchi* (= *lichia*), *firman* (= *formão*), *houca* (= *ucá*), *rack* (= *araca*, *urraga*), *derviche* (= *daruês*), *haschiche* (= *haxixe*), *cachoo bong* (= *cachubão*), *mullah* (= *mulá*), *íman* (= *imamo*), *harém* (= *arame* ou *harão*), *cash* (= *caxa* ou *caixa*).

Por fim, levam o qualificativo de *antigos* inúmeros vocábulos, que nunca foram usados em Portugal, e nunca cessaram de ser usados nas colónias, onde se originaram; somente porque foram lidos em algum livro antigo,

⁵³ *Jacra*, *jacre*, *jágara*, *jagra*, *xágara*, *lagra* (faltou *iagra*, dado por Fr. João dos Santos); *mangu*, *mangus*, *manguço*, *mangusto*, *mongu*, *mangoose*, *babália*, *babaliá*, *babol*, *babul*; *mordexi*, *mordexim*, *mordicim*, *morexim*; *goderim*, *godorim*, *godrim*, *gotrim*; *cole*, *cóli*, *cooli*, *culi* (faltou *cule*, que é mais autorizado).

⁵⁴ Também: *baty*, *batim* e *bantim*; *canje* e *canja*; *feez* e *fen*; *bigarim* e *biguairim*; *garajau* e *gorjau*; *quazil* e *gozil*.

⁵⁵ Assim temos: *bagançal* por *bangaçal*, *babaiés* por *babarés*, *chempo* por *chiripo*, *lúcio* por *lúzio*, *inge* por *ingue*, *junção* por *juncão*, *sandrá* por *sadrá*, *lagra* por *jagra*, *aleia* por *aliá*, *pancar* por *pancá*, *mandaçarre* por *mandacar*, *mussó* por *mussolo*, *jogo* por *jogue*, *gueice* por *gueche*, *funão* por *fanão*, *cangue* por *canga*, *chanambo* por *chunambo*, *chambuco* por *chabuco*, *muge* por *munge*, *batim* por *bantim*, *quinzolo* por *quinzol*, *naja* por *naga*.

sem mais averiguação. Como, por exemplo, *xendim*, *mainato*, *macuá*, *bandel*, *nele*, *langotim*.

IV. Também não faltam algumas incorreções morfológicas, como: plural pelo singular: *argarises* por *argaris*, *caladaris* por *caladari*, *curcas*, *couces*, *aliás*, *carviz*, *minhamudis*; o masculino pelo feminino: *mainata*; substantivos pelos adjetivos: *cacebi*, *abariaré*; adjetivo pelo substantivo: *jacatá*.

V. Quanto à sematologia, as inexatidões são por centenas e de diversos jaezes.

Primeiramente, consignam-se vocábulos com a declaração de «significação incerta», como *andone*, *bringe*, *lágima*, *loia*, *caraja*, *passeivão*⁵⁶.

A verdade é que, pela maior parte, a incerteza provém de o dicionarista não ter conhecimento suficiente da nossa literatura oriental ou de não saber depreender o sentido do contexto. Somente as autoridades, quando passam ordens aos subordinados, como os governadores, os feitores, os vedores, não interpretam os termos vernáculos que empregam, por ser inteiramente desnecessário no caso. Pela mesma razão, não se explicam as pautas aduaneiras. Mas raro é o historiador nacional que se sirva duma dição peregrina sem indicar mais duma vez o seu significado. Acontece, porém, que certas palavras ocorrem amiúde numa mesma obra; seria então descabido que fossem explicadas em cada passo. E o que é algumas vezes obscuro em um autor fica elucidado por outros⁵⁷.

Um grande número de definições são demais genéricas e vagas, as quais, por isso, não permitem identificar o significado: «uma árvore da Índia»; «um animal da Ásia»; «uma embarcação oriental»; «um tecido que vinha da Índia».

Não há dúvida que em certas circunstâncias não se pode bem precisar ou caracterizar o vocábulo, particularmente com relação a tecidos e embarcações antigas. Mas muitas vezes a indecisão procede da falta de estudo das fontes legítimas. Não é difícil designar o nome botânico recorrendo aos livros da especialidade, ou declarar algumas propriedades características com o auxílio dos autores. Que o vocábulo designa «árvore» ou «animal», o próprio contexto do livro o indica; e o dicionarista, dizendo o mesmo, nada adianta.

Abundam definições, em especial nos dicionários modernos, que são totalmente erradas ou disparatadas. O cego tradicionalismo tem bastante prejudicado os dicionaristas dos nossos tempos, mais pressurosos, assim

⁵⁶ Até a falta de vírgula em uma edição qualquer da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, fez surgir a expressão *lacre pucho*, que não vem definida, e é indefinível: «Benjoim, lacre, pucho, roçamalha». Cap. 151.

⁵⁷ Eis uma prova: Lê-se na *Chronica de D. João III*, por Francisco de Andrada (I, cap. 40, 1.^a ed.), *gutedras de cairo*. Morais regista *gutedras de Coiro* e pergunta o que significa. Vieira inscreve *gutedra* e declara que é de «significação incerta»: Outro dicionarista moderno consigna *gutedra* como termo antigo e inédito e reputa-o sinónimo de *polaina*. Gaspar Correia, a quem de perto segue Francisco de Andrada, Diogo do Couto e outros indianistas leem *gundra*. *Gutedra* é, portanto, erro tipográfico. Vid. *Candura*.

E outra: Morais insere *muxara* e limita-se a citar um passo da Déc. IX. Vieira diz-nos: «Significação incerta; talvez asylo, abrigo». Outro lexicógrafo afirma que é «agasalho, asilo». Mas Simão Botelho interpreta *muxara* por «tença», e António Bocarro por «soldo»; e tal é o sentido do termo em árabe, «salário, ordenado».

como a falta da devida orientação induzira em muitas inexatidões os antigos⁵⁸.

Alguns vocábulos, inteiramente diferentes na significação, são feitos sinónimos, como: *jaca*, «fruto de jaqueira ou árvore-de-pão, também chamada durião»; *ola* (folha de palmeira), «o mesmo que *olaria*» (fábrica de loiça de barro); *cachari* (pilau), «o mesmo que caril».

Certos vocábulos são de tal modo definidos, que se não dá indício da sua origem asiática, como: *funé* (japonês), «pequena embarcação de remos»; *jangá* (malaio), «espécie de embarcação chata, que serve principalmente para transportar madeiras»; *guingão* (malaio), «tecido fino de algodão; (ant.) borra de seda»; *biombo* (japonês), «tapume ou tabique móvel...»; *baju* (malaio), «casaquinho curto semelhante à roupinha da Beira Alta»; ou: «se chama assim, na província do Minho, às roupinhas usadas pelas mulheres»; *formão* (persa), «escritura ou carta real».

Várias definições são demasiado restritas, e por isso não abrangem todos os significados. Um dicionário diz, referindo-se a Fernão Mendes, que *altirna* é «nome índico de uma vestidura sacerdotal da Ásia, a qual é de cor verde e também serve de insignia de classe». Mas o autor narra em outro lugar (cap. 164): «Havia uma grande soma de Sacerdotes [religiosos budistas] com hábitos pardos e suas altirnas de damasco roxo». Outro declara que *altirna* é «espécie de vestidura sacerdotal no Oriente». Mas o autor da *Peregrinação* também alude à *altirna* do introdutor da corte de Calaminhã e às dos cortesãos do rei de Bungo, no Japão.

Quanto aos nomes de árvores, a restrição geográfica provém dos escritores que delas trataram com relação a certa zona; o que não quer dizer que a vivenda não seja mais ampla, ou que a espécie e o seu nome não sejam importados⁵⁹.

VI. Se a fonologia e a sematologia do vocabulário luso-asiático deixam tanto a desejar, bom se pode calcular a sorte da sua etimologia. E é fácil de explicar: os escritores não indicam muitas vozes o berço dos

⁵⁸ Eis uma amostra do pano: *adão* (fruta-de-adão) é «árvore da Índia Portuguesa»; *bandel* (porto) é «bairro destinado à habitação dos estrangeiros»; *gudão* (armazém) é «casa térrea, na Índia Portuguesa»; *jagra* (açúcar da seiva de palmeira) é «açúcar feito do coco, na Ásia»; *necodá* (arrais) é «chefe militar na Índia»; *reimão* (tigre de Malaca) é «animal que não tem habitação certa»; *talagoia* (iguana) é «peixe de Diu»; *vangana* (arrozal regadio) é «planta da Índia»; *ambolim* (tecido) é «árvore da Índia»; *baé* (senhora) é «mulher cristã de canarim»; *covid* (côvado) é «medida chinesa»; *jacatá* (rei feudal, no Japão) é «o mesmo que japonês»; *mundaçó* (trunfa) é «espécie de barrete indiano»; *xendim* (carrapito) é «trança solta de cabelo»; *jaca* (fruto da jaqueira) é «a árvore cujo fruto na Ásia e no Brasil se dá o nome de durião»; *fanos* (*fanões*, moeda) é «quilate»; *gueche* (cimento) é «madeira forte, pau-ferro, rijo»; *biró* (invólucro de bêtele) é «bocado que se mete na boca duma vez»; *foguéu* (bolo frito) é «tributo que em Goa se pagava por cada casa habitada»; ou: o «tributo que se pagava em Goa das importações e exportações»; *gancar* (membro da comunidade aldeana) é «cultivador de terras bravias, na Índia Portuguesa; cobrador de rendas, na Índia»; *jono* (rédito da mesma) é «terreno foreiro, entre os gangares, na Índia Portuguesa»; *tuaca* (vinho de saqueiro) é «mesmo que sagu»; *industani* (urdu vulgar) é «língua moderna dos indus»; *morodo* (campina) é «terra destinada à cultura de coqueiros»; *bibió* (pantera) é «feroz animal indiano»; *pau-brasil* (sapão) é «o mesmo que pau-preto»; *moplas* (malabares muçulmanos) são «islamitas do Malabar, da raça *malaia*»; *mandovim* (alfândega) é «certo direito alfandegário».

⁵⁹ Um dicionarista leu que havia *botos* em Satari, e logo definiu o termo: «servidores de culto entre os indígenas de Satari», — como se não houvera *botos* em outras partes da Índia. *Cançanan* (*cançaná* ou *cançaná*) é «manilha com que as bailadeiras enfeitem os pulsos», — como se outras mulheres, gentias e cristãs, não fizessem o mesmo. *Mandó* é «música monótona que, em certas festas, cantam as bailadeiras indianas, — como se os cristãos não cantassem e dançassem o *mandó*».

vocábulos e, em geral, o seu étimo exato; os lexicógrafos não têm conhecimento cabal da nossa literatura colonial e nenhum das línguas asiáticas, e, para não serem taxados de plagiários ou por se julgarem mais sabedores, coartam, estendem ou alteram os significados dados pelos antecessores, mais lidos nas fontes, e assim ocasionam grande detrimento às derivações.

Em 1.º lugar, há numerosos vocábulos cuja pátria se não aponta absolutamente, ou se designa sob as rubricas «termo asiático», ou «oriental», ou «indiano»; como se a Ásia, o Oriente e a Índia tivessem uma língua só ou meia dúzia, e não, centenas delas. Assim, por desconhecimento da história filológica, passam por europeus termos como *andor*, *bailéu*, *biombo*, *cassa*, *catre*, *jangada*, *macaréu*, *veniaga*. *Funé* é «pequena embarcação asiática», quando na realidade é «japonesa». *Ganero* é termo da «marinha asiática», quando de facto é da «macaísta ou chinesa». *Xendim* é «termo asiático», mas não o conhecem senão os concanis e os maratas.

Em 2.º lugar, atribuem-se derivações latinas ou gregas a muitas palavras orientais, como se efetivamente tivessem existido na língua tais étimos, ou fossem formadas pelos portugueses na localidade com elementos europeus. Assim: *tufão* (árabe ou chinês) vem do gr. *tuphon* (ou antes *typhon*); *basim* (propriamente *bassim* ou *bacim*, do bengali, «tecido de algodão de Bengala»), do baixo gr. *bombaxion*, de *bombax*; *veniaga* (malaio), de *veniagar* e este do lat. *venum agere* (como se *veniagar* não fosse derivado de *veniaga*); *babaiés* (isto é, *babarés*, do concani), do gr. *babazo*; *biombo* (japonês), do lat. *bis-umbo*; *aripar* (malaiala), do lat. *ripa*; *datura* (sâncsc.), do lat. *datura*; *lintea* («tecido chinês»), do lat. *lintheia*?; *manucódio* (malaio), do lat. *manus+cauda* (quanto pode a etimologia sónica!); *nacibo* («fado, sina», do árabe), por *nascibo*, de *nascere*?; *bailéu* (mal.), de *bailar*?; *batuque* (cafreal), do rad. de *bater*?

Em 3.º lugar, derivam-se certos vocábulos, designativos (pelo menos originariamente) de objetos asiáticos, doutras línguas europeias, implicando-se desta maneira que os portugueses os receberam desses idiomas e não lhes deram; como: *cassa* (mal.), do fr. *casse*; *saraça* (mal.), do cast. *zaraza*; *gudão* (mal.), do ingl. *go-down*; *bule* (mal.), do ingl. *bowl*; *jangá* (mal.), do cast. *jangua*; *babaréu* (conc.), do fr. *bavarderie*; *bões* (conc.) do ingl. *bound*; *macaréu* (guzarate), do fr. *macrée*; *catre* (<*cátère* < *cátele*, malaiala), do cast. *catre*; *bringe* (persa), do germânico, por intermédio do *brinde*(!); *catana* (jap.), do italiano. E para remate, filia-se *cairo* (dravídico) em Cairo, cidade do Egito!⁶⁰

Em 4.º lugar, inserem-se nos dicionários etimológicos, sob uma só inscrição de vocábulo europeu, palavras asiáticas homótopas, atribuindo-se-lhes, deste modo origem errada. Assim: *balão* (embarcação indiana) encabeça-se no *balão* europeu; *caixa* (moeda asiática) acasala-se com *caixa*, do lat. *capsa*; *calão* (bilha, na Índia) emparelha-se com *calão*, «barco de pesca», para se originar de *cale*; *mão* (peso indiano) mete-se em *mão*, do lat. *manus*; *vara* (vendaval de Choramândel) prende-se ao lat. *vara*; *chale* (alcaçaria) une-se com *chalé*, do fr. *chalet*.

Em 5.º lugar, manda-se às vezes comparar, para vocábulos portugueses, dições paralelas estrangeiras; não se sabe com certeza o motivo: se por mera erudição, se para sugerir influência estrangeira, ou para insinuar, ao contrário, a nacional, mais conforme à verdade.

⁶⁰ «En etimologias ay poquissima seguridad, y han hecho dezir muchos disparates a hombres doctos». — Faria e Sousa, *Lusíadas de Luis de Camoens*, tom. II, col. 93.

Convém muito que os nossos escritores modernos, e particularmente os lexicógrafos tenham sempre em vista que em terminologia antiga da Ásia meridional nós somos mestres, não discípulos; exportadores, não importadores. É por isso que os estrangeiros que pretendem tratar, com ciência e consciência, de semelhantes assuntos, recorrem, de preferência, às fontes portuguesas: tais como Yule, Burnell, Whitworth, Wilson, Watt, Devic, Bóncio, Piso, Rheede, Rúnfio.

Na verdade, que tem que fazer *chita* (neoárico) com o fr. *chite*, *funce* (jap.) com o fr. *fonce*, *macaréu*, (guz.) com o fr. *macrée*? Que necessidade há de comparar o cast. *charol*, para se preferir *charão* a *xarão*, se todos os nossos orientistas antigos ortografam *charão*, e se *charol* é, com muita probabilidade, uma variante de *charão* > *charon* > *charol*? Porque é que se manda comparar *murza*, que não existe, com o persa *mirza*, que também não existe senão na forma *mīrzā*, ou *mirzā*, e é o étimo? Que comparação pode haver entre *águila* (malaiala), que é «pau», e *águia*, que é «ave»? A mesma que entre um ovo e um espeto⁶¹.

Em 6.º lugar, aponta-se erradamente uma língua oriental ou americana como fonte do vocábulo português, por desconhecimento da sua história; como: *abada* (mal.) do árabe *ābida*; *ema* (mal.) do árabe *neāma*; *andor* (malaiala) do persa *handūl*; *catre* (malaiala) do persa *katel*; *bazar* (persa) do árabe; *bangué* (neoárico) do persa *beng*, que não existe; *bandel* (persa) do guzarate; *candil* (indiano) do malaio; *rota* (mal.) do concani; *pêru* (ave) «de origem dravídica (talvez do tamul)»; *curumbim* (concani-marata) identificado com o tupi *curumi*, com os significados «rapazinho, moleque».

Em 7.º lugar, os étimos indicados são, de ordinário, incorretos ou incertos na sua forma, não se sabendo se representam a fonação originária ou a acomodação portuguesa. Não se conhecendo com justeza a prolação do étimo, é impossível notar as alterações fonéticas por que passou na sua transição; o que não é de somenos importância em glotologia. Por exemplo: *atabay* por *atalik* (vid. *atabaque*)⁶²; *charado* por *tcharodó* (vid. *charodó*); *anfiun* por *afiun*; *araque* por *'araq*; *chit* por *chhiṭ*; *pula* por *phūl* (vid. *fula*); *rontó* por *ronṭó*.

Em 8.º lugar, desloca-se o significado de diversos termos, especialmente de flora e fauna, duma região para outra; o que obscurece a sua verdadeira pátria e entrava a investigação da sua origem. É verdade que os portugueses uniram a Índia, a África e a América na sua ação civilizadora, e transportaram plantas, animais, trajos e iguarias duma parte para outra, ou os seus nomes para os aplicar a objetos similares. Mas o etimologista tem de saber filiá-los.

Se *longana* é «planta sapindácea do Brasil», como se pode esperar que provenha do chinês *long-ien*? Se *benteca* é «árvore da Guiné, como se filiará o nome no malaiala *bendikkū*, «teca branca»? Se *pangolim* é «mamífero africano», quem irá buscar a sua origem à Malásia? Se *mongoose* é «espécie de raposa de Moçambique», como se há de ligar ao *mangus* («icnéumon») indiano, de mais a mais aparecendo trajado tão extravagantemente? Se *mogarim* é nome brasileiro de «uma espécie de rosa branca, muito aromática», que tem que fazer com o concani *mogarim* e sânsc. *mudgara*? Se *aluá* é usado no norte do Brasil, deve ser uma especialidade local, e não prender-se ao árabe *al-ḥaluā*, que deu «alféoa» no português continental, e outra forma o outro significado no asiático. Se *arache* é epitetado «termo africano», quem pode adivinhar

⁶¹ Os estrangeiros é que confundiram a nossa *águila* com lat. *aquila*, e transladaram-na para as suas línguas.

⁶² A etimologia demonstra que *atabaque*, que eu não encontrei em nenhum escritor, está por *atalaque*.

que se liga ao singalês ārachchi, e *Nigombo*, a que se alude na abonação, é uma província de Ceilão?

Se os portugueses levaram da América o ananás, o caju, a goiaba, a papaia, a ata, a anona, o tabaco, que se vulgarizaram e em parte se tornaram espontâneos, não é nas línguas da Índia que se há de procurar a origem dos seus nomes, recebidos juntamente com as plantas. Parelhamente, não se há de indagar em tupi ou guarani a etimologia de *banana*, de *mogarim*, de *café*, de *manga*, de *ema*, de *baju*, de *jangada*, se bem que tenham sua vivenda ou estejam em uso no Brasil⁶³.

Parece-me que se pode concluir do que fica exposto que a lexicologia colonial, tal qual figura nos nossos dicionários mais copiosos e etimológicos, precisa dum grande varejo, e que a causa fundamental, e ao mesmo tempo principal, da maior parte dos defeitos e imperfeições está no desconhecimento ou no desprezo das legítimas fontes de estudo, e na etimologia empírica, que se estriba inteiramente na homofonia – critério pouco seguro e nada científico, como está de sobra demonstrado pela filologia comparativa⁶⁴.

Cumpram porém reconhecer, com o sisudo Bluteau, que «de toda a empresa literária a mais molesta, e embaraçada é a de um Vocabulário». Mas convém igualmente que se notem as faltas e as incorreções (como se notarão no decurso do Glossário), a fim de que se não transmitam e perpetuem.

IX. – Fontes e dificuldades de estudo

É óbvio que a certidão e os primeiros traços biográficos dos vocábulos orientais é no Oriente que, em regra, se devem buscar. Mas, para isso, importa primeiro averiguar se de facto o termo é oriental e a que região do Oriente pertence, e qual foi a derrota que seguiu na sua viagem para a Europa.

O processo, portanto, que se me afigura indispensável ao estudo da lexicologia asiática – e o mesmo se dirá da africana – é percorrer com paciência as obras de todos os nossos escritores, e as principais dos estrangeiros, que com reconhecida competência trataram das cousas da Ásia meridional, e colher aí os vocábulos exóticos com a sua definição ou descrição e com a sua pátria ou derivação.

Felizmente, os nossos indianistas reproduzem geralmente com mais fidelidade e método do que os estrangeiros, não somente dições malaias e japonesas, cujos fonemas pouco ou nada diferem dos portugueses, mas os complicados alfabetos indianos e as locuções dos idiomas monossilábicos. Além disto, interpretam uma e mais vezes as expressões peregrinas que empregam, e indicam amiúde o seu berço e às vezes a sua etimologia.

Com tais elementos fica o campo em grande parte desbravado e o estudo assente em bases sólidas e irrefragáveis. Para o seu complemento há dificuldades momentosas a superar, as quais demandam muita perspicácia na investigação, e conhecimento adequado, pelo menos nos seus

⁶³ «A descrição de Plukenet, que a [juta] identifica com a América, deve rejeitar-se como um dos muitos enigmas da literatura de juta, se não se aceitar como mais uma das muitas provas da estreita associação da Índia e da América realizada pelos espanhóis e pelos portugueses». – Watt, *The Commercial Products*, p. 411.

⁶⁴ «A etymologia é uma sciencia ou antes ramo da sciencia historica; quando faltam os elementos históricos sucessivos não pode muitas vezes chegar a mais do que conjecturas». – Adolfo Coelho, *Prefação do Dicionario*.

dicionários, de dezenas dos idiomas indígenas – tarefa árdua que se não pode desempenhar cabalmente sem colaboração dos competentes, nem sempre fácil de alcançar.

Acontece que, de edição a edição, a deturpação de vocábulos estranhos se avoluma em quantidade e qualidade, e nem a primeira (raras vezes revista pelos autores) os apresenta todos corretamente ortografados, ou por erro de cópia, ou por ignorância dos compositores, ou por incúria, incompetência ou presunção dos revisores.

A falta de uma cedilha (*Candil*), e a de uma vírgula entre duas palavras (lacre[,] pucho), ou a notação do *i* por *j* (*brinie*), ou de *ge* por *gue* (*inge*, *frange*), etc., ocasionaram a inserção nos dicionários de vocábulos que jamais existiram. O próprio Gonçalves Viana, filólogo tão atilado, incluiu nas suas *Apostilas*, pelo que leu nas correspondências da Índia publicadas em diários do Lisboa, como vocábulos novos: *hompim* por *bongui*, *mosteiro* por *norteiro*, *naixó* por *voixó*, *nandrenine* por *nanchenim*, *tio-lío* por *lio-lío*⁶⁵.

É de suma conveniência, portanto, o conhecimento das ortografias antigas, o confronto de textos paralelos e o auxílio da etimologia, para se apurar a forma vocabular e a ortografia corretas e relegar as erradas⁶⁶.

Ocorre uma quantidade de termos nas pautas aduaneiras antigas e nos sistemas tributários, os quais não se interpretam por serem então assaz sabidos no local. Outros há – como *coco*, *areca*, *bétele*, *caixa*, *catana*, *cule*, *pagode*, *almadia*, *parau*, *pangaio*, *manga* – que são ambulatórios em toda a periferia da influência portuguesa na Ásia, na África e até na América. Muitos dos referentes a tecidos e embarcações – como *bengala*, *serampuri*, *bertangil*, *bofetá*; *sanguicel*, *catur*, *cotacoulão* – são antiquados ou geográficos, os quais não vêm nos dicionários vernáculos manuais, compostos ordinariamente para uso de escolas ou de missionários, e comumente deficientes. Por último, a identificação das dições da China e da Indochina oferecem maiores obstáculos, atenta a índole das suas línguas, e a incorreção das reedições, que, pretendendo emendar o texto da primordial, por vezes o corrompem⁶⁷.

Sucedo também, não raro, que um dado vocábulo, peregrino em português, se encontra ao mesmo tempo em vários idiomas da mesma família ou de diversas e em regiões muito distanciadas não se podendo precisar, sem

⁶⁵ Lê-se na Década I, IX, 3, da edição de 1628: «Viue todo o gentio debaixo de palmares e areaes que he a fazenda de que viuem». Não duvido que mais de um leitor desprevenido tenha julgado que João de Barros escreveu um despropósito, ou que com efeito os gentios do Malabar vivem debaixo dos areais, que fazem parte da sua fazenda. Ponha-se, porém, arecais em lugar de areais, e tudo se explica perfeitamente. Mas os tipógrafos conheciam melhor areais que arecais, e julgaram que deviam corrigir o original. E há numerosos exemplos semelhantes.

⁶⁶ É a inobservância destes preceitos que tem muito prejudicado os dicionaristas modernos, que puseram a sua principal mira em recolher dições ou formas inéditas, mas com pouco critério.

⁶⁷ Na primeira edição da *Peregrinação* lemos sempre, uma dúzia de vezes, *bada* ou *badas*; mas em algumas edições posteriores (por exemplo, na de 1725) substitui-se *bada* por *abada*, como mais correto! Mas a forma *abada*, que é protética, não vigorava no tempo de Fernão Mendes, e bem sabia ele que o seu étimo era o malaio *bada*[q].

«A monosylaba *po* (assim nos mais) de onze modos faz onze palavras, que significam onze cousas diversas, e é cousa admiravel que cada monosylaba, sem alteração alguma material, é nome, pronome, substantivo, adverbio, participio, e verbo... a diversidade porém para significar tantas cousas vem tomada de a pronunciar com voz, toada, acento plano, carregado, depressivo, levantado ou circumflexo, da voz espirada ou não espirada [com relação ao chinês]». – Fr. Jacinto de Deus, *Vergel* (ed. de Macau), p. 98.

demorada pesquisa, de qual deles proveio para a nossa língua⁶⁸. Pode igualmente acontecer que o que se afigura como étimo tenha na realidade por étimo a palavra cuja origem se procura, sendo facto, copiosamente comprovado em outra obra (*Influência*) que os portugueses transportaram diversos termos indígenas duma terra para outra, onde ficaram depois completamente naturalizados⁶⁹.

Cumprer levar em linha de conta que vários nomes de dignitários, embarcações, pesos e medidas de certas regiões não pertencem às suas respectivas línguas, como se poderia inferir dos nossos historiadores, lidos de alto e separadamente. É muito duvidoso se os termos *bale* (ár. *vāli*), *catual* (persa *kotual*), *guazil* (ár. *uāzīr*), dados como títulos de autoridades, vogavam com efeito na língua indígena do Malabar, ou eram unicamente usados pelas colónias estrangeiras, ou somente foram transmitidos aos portugueses por intérpretes árabes e judeus. Quem hesitaria em supor que *mandarim*, não provindo do nosso verbo *mandar*, deve ser palavra chinesa? Todavia, a história mostra que os portugueses a receberam dos malaio, como tantos outros termos concernentes à China. Igualmente, muitos vocábulos dravídicos passaram para Pegu e para a Malásia. O crioulo de Macau recebeu um considerável número das suas dições peculiares, não da China, mas de Malaca. Em Timor são correntes várias expressões privativas do português de Goa⁷⁰.

É claro que o cometimento é laborioso e inçado de estorvos; mas deve-se admitir que é o único processo racional e frutífero. Os lexicógrafos que o seguiram, parcialmente, apresentam-nos o vocabulário luso-asiático com melhor ortografia, mais exata sematologia e indicação da sua pátria. Merece especial menção Rafael Bluteau, que não somente perlustrou grande parte da nossa literatura oriental, então existente e conhecida, mas obteve da Índia listas de termos ali correntes, e manteve aqui, em Lisboa e nos arredores, relações, a que alude algumas vezes, com os indiáticos, assim para melhor se inteirar da lexicologia, como para conhecer de visu as aves e os objetos que possuíam. O resultado das suas pesquisas evidencia-se no *Supplemento* do seu monumental *Vocabulário*.

X. — Organização do Glossário

O método que adotei na organização do presente *Glossário* foi o seguinte:

1. Transcrevi primeiro da *Influência do Vocabulário Português* os vocábulos que, por motivos especiais, tinham sido aí incluídos.
2. Percorri depois, uma ou mais vezes, toda a nossa literatura oriental, antiga e moderna, a que pude ter acesso, atento o meu estado valetudinário; coligi em verbetes de cada vocábulo um ou dois (excepcionalmente mais) passos de cada obra em que figuravam, verdadeira ou presumidamente, palavras asiáticas (e ao princípio também africanas), e assim consegui recolher em primeira mão um enorme cabedal vocabular.

⁶⁸ Parecerá, talvez, indiferente que se atribua a procedência a uma língua ou outra, se a palavra realmente existe nela. Mas não é tal. Além da falsidade histórica, o vocábulo típico não é muitas vezes fonética e semanticamente idêntico em todos os idiomas que o possuem. Não é histórica e lexicologicamente o mesmo derivar *ola* do malaiala *ola* ou do tamul *olei*.

⁶⁹ Há etimologistas que derivam *manga*, *palanquim*, *parau*, do malaio; a história, porém, atesta que os portugueses levaram para Malaca as duas primeiras palavras e conheciam, antes da sua conquista, a terceira no Malabar.

⁷⁰ Vid. Alberto Osório de Castro, *Flores de Coral*.

Identicamente procedi com respeito às obras dos viajantes, missionários e tratadistas estrangeiros de maior nomeada: italianos, franceses, ingleses, espanhóis, holandeses, latinos.

3. Passei em seguida a examinar a correção das poucas etimologias que eram assinadas por certos escritores, e a investigar as outras, assim pelo conhecimento pessoal de algumas línguas, como pelo auxílio de dicionários, mais de um de cada uma, e dos glossários, particularmente do de Yule & Burnell. Se o significado se apresentava claro e preciso, era alguma língua europeia que me servia de chave. Se o sentido era obscuro ou extensivo e a forma fácil, como acontecia em malaio e japonês, recorria imediatamente à língua do berço.

4. Perlustrei também, quanto vinha ao meu propósito, os dicionários nacionais, antigos e modernos mais autorizados e copiosos, bem como alguns estrangeiros. Não descurei revistas e jornais indianos, onde poderia fazer qualquer colheita, nem as correspondências que do Oriente vinham para os diários de Lisboa.

5. Os vocábulos que, em consequência deste processo, me pareceu possuírem elementos seguros e suficientes para sua inscrição, passei a limpo, em separado, com margem para serem aperfeiçoados. Os outros ficaram de remissa para ulteriores indagações de significado ou de derivação.

6. As repetidas pesquisas foram sucessivamente apurando uma considerável quantidade. As consultas aos competentes em casos particulares, e as listas enviadas a amigos e literatos obsequiosos deram algum resultado ou me puseram na pista. O número dos vocábulos refratários tornou-se assim muito reduzido.

Explicado sucintamente o processo de elaboração do *Glossário*, começado há meia dúzia de anos, com labor incessante e com os materiais e com a preparação derivada do anterior trabalho, eis o seu resultado e a sua justificação:

Foram pescados no *mare magnum* da literatura portuguesa oriental milhares de vocábulos, um grande número dos quais não foram até hoje registados nos dicionários, e que, por um motivo ou outro, têm direito a entrar no léxico pátrio. E foram profusamente abonados com autoridades nacionais e estrangeiras, e munidos, com pouquíssimas exceções, da sua etimologia ou do atestado da sua naturalidade.

Incluíram-se na obra vozes de origem arábica, que penetraram na nossa língua por via da Índia, depois das conquistas, direta ou indiretamente, por vigorarem na Índia. Das que se incorporaram anteriormente por outra via, e das quais há tratados proficientes, nacionais e estrangeiros, introduziram-se, com a respetiva ressalva, as que adquiriram outra forma ou aceção, ou se tornaram muito vulgarizadas. Algumas entraram só com o intuito de se lhes apontar a origem sânscrita. Por idêntico motivo foram incluídos certos termos de gíria portuguesa.

Dos vocábulos registados nos dicionários com anotação de «asiáticos» se reproduziram, indicada a fonte para justificação, os que puderam ser identificados e elucidados ou corrigidos. Os outros, cuja procedência, forma ou significação não era clara ou segura, foram omitidos.

Excluíram-se igualmente muitas das palavras que figuram em alguns dos nossos escritores como usadas pelos indígenas, e não pelos portugueses. Por exemplo: Orta refere (*Col. de Betre*) que o rei Nizamoxá dá às vezes o betre «por sua mão, e a outros pela alheia, que é o pajem dele, a quem

chamam *xarabdar*, e outros *tambuldar*⁷¹. Esses termos não se podem considerar portugueses, nem *ciri* (*sireh*), que ele nos diz ser nome malaio de betre. Usou-se neste assunto de certa latitude, porque não era possível traçar uma rigorosa linha divisória⁷².

Foram também excluídos os nomes geográficos e o dos povos deles derivados, se não ofereciam algum interesse especial. Tais vocábulos, que montam a centenas, devidamente desenvolvidos, dariam por si só matéria para um grande volume. Muitos deles são explicados pelos nossos indianistas, registados por Bluteau, e tratados com vasta erudição por Yule & Burnell no seu *Glossário*.

Retificou-se com auxílio da etimologia e do conhecimento linguístico, a fonação de certas palavras, que, ou devido à ortografia ambígua ou a erro de cópia ou de composição, era obscura ou inexata; como: *çalete* por *calete*, *catapa* por *catopa*, *gorca* por *gorsa*, *guémio* por *gémio*.

Fixou-se com o conjunto das citações, e também com a intervenção da etimologia, a variante fonética mais usual ou mais correta, pondo de parte as incorretas, que, aliás, vão indicadas nas mesmas citações.

Com idênticos recursos se determinou a prosódia e a morfologia de várias dições, erradamente representadas nos dicionários, com acentuação, género e número.

Com os esclarecimentos fornecidos pelos materiais e pela proveniência, formou-se um conceito cabal dos vocábulos, e deu-se uma definição possivelmente precisa. Se alguns tecidos e embarcações não foram convenientemente caracterizados, foi porque faltaram elementos necessários, e não por descuido⁷³. Na colisão, preferiu-se uma definição extensiva à restritiva, e a designação genérica, nos pesos e medidas variáveis, à específica e exclusiva.

Procurou-se, em regra, evitar longas descrições, enumeração de diversos usos e produtos industriais, e noções históricas dos objetos designados, assim para se não estender o trabalho, primariamente lexicológico, já de si volumoso, como para se não privarem as abonações do seu interesse, visto que isto se havia de fazer, em grande parte, com o seu auxílio e detrimento⁷⁴.

Quando porém houve razão de particular importância, desenvolveram-se largamente as questões de sematologia, de etimologia, de evolução

⁷¹ *Xarabdar*, composto do árabe *xarāb*, «vinho», e do persa *dār*, «dador» = ministrador de vinho, copeiro. *Tambuldar* (persa *tambūldār*) quer dizer «preparador e ministrador de bétele com os seus ingredientes: Vid. *atambor*.

⁷² Cândido de Figueiredo regista os nomes dos cinco tempos do dia em que os muçulmanos ortodoxos rezam as suas orações: *axá*, *dór*, *hácer*, *magareb* e *sob*, que nem tem forma portuguesa, só porque João de Barros os emprega para explicar as diferenças entre os xiás e os sunis: «Dizem os Parseos que tres vezes basta fazer oração a Deos, pela manhã em nascendo o sol chamado *Sob* [*subh*], e a segunda *Dor* [*duhr*] ao meyo dia, & a terceira *Magareb* [*maghrib*] ao sol posto, porque estas conthem em si todolas partes do dia: respondem os Arabios que segundo os preceitos da lei, hão de ser cinco vezes, estas três, e mães duas: a primeira chamada *Hácer* [*'asr*] que he antes do sol posto, e outra antes de lançar na cama, a que chamão *Axá* [*'axā*]». — Déc. II, IX, 6.

⁷³ Algumas definições, desunidas do contexto, nem sempre claro, ou da etimologia, nem sempre certa, são suscetíveis de emenda.

⁷⁴ Em certas definições e indicações de propriedades e efeitos preferi as dos autores mais competentes às que eu poderia formular.

formativa ou de transmissão de vocábulos, a fim de se esclarecer a matéria complicada ou restabelecer a verdade deturpada⁷⁵.

Pôs-se muita diligência em investigar e apurar, à vista da documentação histórica e prefixação do berço, a etimologia científica de cada vocábulo, atentas as vantagens práticas na determinação fonética e semântica⁷⁶.

É patente que em semelhantes assuntos nem sempre se pode esperar uma derivação certa e incontestável, por vários motivos: obscuridade ou indefinidade do significado no texto, indeterminação do berço do vocábulo, falta de base ou ligação histórica, similaridade de som ou de sentido de palavras diferentes. Teve-se porém o cuidado de declarar se a proveniência era somente provável ou duvidosa ou incerta. Por estes motivos mais de uma vez se alterou, mercê de novos elementos, algumas etimologias antes assinadas⁷⁷.

Julgou-se, de ordinário, supérfluo explicar a derivação ou a composição do étimo, expor os seus diversos sentidos, ou apontar todas as línguas indígenas em que se encontrava um dado vocábulo, quando disto não redundava nenhuma vantagem real. Indicou-se, todavia, o sentido literal, se diferia do dos nossos autores.

Quando vão conjuntas duas línguas (*persa-ár.* ou *árabe-persa*) a primeira denota o étimo e a segunda a origem remota. O mesmo se entende, algumas vezes, por *conc.-mar.* ou *mar.-conc.*, mas, em geral, que a dição se encontra em ambos os idiomas. Se são mencionadas paralelamente duas ou mais línguas, é por se não poder discernir de qual delas proveio o termo. Quando é indicado o étimo do étimo, não se deve concluir que o primeiro tem sempre o mesmo sentido, principalmente com relação ao sânscrito. A notação genérica «neoárico» ou «dravídico» quer dizer que a dição se encontra em quâsi toda a família linguística. O étimo sânscrito de algumas palavras introduzidas em português não implica que foram imediatamente recebidas daquela língua, mas que é corrente *ipsis literis et sensu* em toda a área da influência bramânica⁷⁸.

Tomou-se por norma não inserir nenhum vocábulo que não fosse escudado por alguma abonação. pelo menos estrangeira. E era natural que assim se fizesse, visto o trabalho todo basear-se na literatura. Se alguns termos são arrevesados ou estranhos, e não propriamente adaptados pelo autor, sirva o *Glossário* de comentário para ele e de esclarecimento para o seu leitor.

Parecerá, à primeira vista, excessiva tanta abonação de cada vocábulo, pois que os glossaristas se contentam ordinariamente com poucas autoridades. Mas a verdade é que se não pode cabalmente conhecer a origem

⁷⁵ Vid. *abada, amouco, andor, azulaque, baju, bambu, bandel, bramanismo, budismo, canga, canja, cátele, catur, casta, caurim, charão, chatim, coco, corja, cule, dógico, gengibre, guingão, jangada, macaréu, machila, pagode, palanquim.*

⁷⁶ «Canons for etymology. 1. Before attempting an etymology, ascertain the earliest form and use of the word; and observe chronology. 2. Observe history and geography: borrowings are due to actual contact». – Skeat, *An Etymological Dictionary*.

⁷⁷ «As derivações dos nomes são más de acertar nas proprias regiões onde nacemos, onde sabemos tambem as linguas: que fará (*sic*) nas estranhas onde escassamente sabemos hum vocabulo, quanto maia a derivação delle». – Garcia da Orta, Col. LVIII.

⁷⁸ Convém saber que os nossos indianistas antigos se informaram dos sistemas religiosos da Índia mais na zona dravídica ou dos letrados desse território. Empregam, por isso, os termos sânscritos na mesma forma que é usada nas línguas da família dravídica, como, por exemplo: *Budão* por *Buda* (= Buddha), *Vedão* por *Veda*, *sattialogão* por *satyaloka*.

geográfica e etimológica, os motivos da adoção, a evolução fonética e semântica, o uso no espaço e no tempo, e outras particularidades dos vocábulos, sem copiosa documentação histórica e científica, que constitui a sua biografia⁷⁹.

Duas são as ordens cronológicas de abonações: uma portuguesa, que abrange as obras originais ou traduzidas; a segunda encerra indistintamente os livros escritos em qualquer língua estrangeira, ainda que alguns autores sejam portugueses. Julgou-se conveniente copiar as citações tais quais se acham nas suas fontes, guardando-se até a mesma ortografia antiga⁸⁰.

As abonações estrangeiras têm mais de uma utilidade: consignam certos termos que se não depararam na literatura nacional impressa; corroboram ou desenvolvem as nacionais; denotam a importância, a necessidade ou a conveniência dos respetivos vocábulos; declaram ou insinuam a fonte donde os receberam; patenteiam a superioridade dos nossos escritores no seu tratamento; mostram a evolução fonética e semântica por que certas palavras orientais passaram na respetiva língua antes de assumir a atual forma ou significação. É inegável que tudo isso é de subido valor para a filologia e para a influência portuguesa.

Aconteceu porém mais de uma vez que, não tendo tomado apontamento de palavras asiáticas que figuravam em livros estrangeiros, por não as ter encontrado nos nacionais, quando depois se me depararam já não podia tornar a lê-los. O mesmo se deu com alguma dição, que me não pareceu suficientemente aportuguesada, mas que vi posteriormente mencionada por outros escritores ou registada nos dicionários.

Prosseguindo na leitura da literatura nacional e estrangeira, concernente à lexicologia colonial, colhi novos vocábulos ou novas abonações de particular merecimento, os quais se não puderam intercalar no corpo da obra, por estar já impressa a parte correspondente. Ficam, portanto, reservados para o Suplemento, juntamente com os termos obscuros ou de somenos importância. Notar-se-ão aí quaisquer incorreções de monta que haja no *Glossário* e se conheçam até então⁸¹.

⁷⁹ As abonações atestam primariamente o uso do termo, e só secundariamente a importância do autor. As citações dos periódicos visam principalmente à atualidade e à popularidade do vocábulo.

⁸⁰ É bem possível que algumas citações não se conformem totalmente com os originais, devido a reiteradas cópias e à ausência do texto no ato de revisão. Algumas das abonações seguem a cronologia dos sucessos, como as de Fernão Mendes Pinto e Gaspar Correia. Foram encurtados os títulos compridos de certas obras citadas, os quais se podem ver na *Bibliografia*. Quanto aos autores, foram ordinariamente dados os nomes primeiro e último; com relação a certos, preferiram-se os dois últimos apelidos, pelos quais são mais conhecidos.

⁸¹ Identicamente procederam Yule & Burnell no seu monumental *Glossário*, que me serviu de modelo e de que muito me utilizei. Em português não há nenhuma obra semelhante. O *Glossário* do Cardeal Saraiva, além de ser muito limitado, pouco valor científico tem quanto à lexicologia asiática. (Vid. *Gonçalves Viana e a lexicologia portuguesa de origem asiático-africana*, pelo autor). Gonçalves Viana incluiu, nas suas *Apostilas e Palestras Filológicas*, grande número de termos coloniais, não registados nos dicionários portugueses, apontou os étimos de muitos, e emendou a prosódia, a sematologia e a etimologia de vários outros. Cândido de Figueiredo prestou a esta matéria, especialmente na 2.^a edição, muito mais atenção do que os seus antecessores, não porém com a proficiência e a justeza que seriam de desejar, mas que também demandariam estudo especial e aturado.

XI. — Noções das línguas orientais e da sua influência na portuguesa

Na Introdução à *Influência do Vocabulário Português* tratou-se largamente das línguas da Ásia meridional na generalidade e sucintamente de cada uma delas em particular, bem como dos motivos especiais por que a língua portuguesa exerceu nelas a sua influência direta ou indireta. Também foi apenso um mapa linguístico-geográfico.

Para se não repetir o que já está desenvolvido, direi aqui tão somente o que de perto se relaciona com o presente trabalho.

As línguas asiáticas que subministraram termos à portuguesa são:

- 1 Da família árica, ramo indo-árico: concani, marata, guzarate, hindustani, bengali e singalês. — Ramo erânico: persa moderno.
2. Família dravídica: malaiala, tamul, canarês, túlu e telúgu.
3. Da família indo-chinesa, ramo tibeto-birmânico: birmanês e tibetano. — Ramo mon khmer: cambojano. — Ramo siamo-chinês: siamês, anamita, tonquinês.
4. Da família malaio-polinésio: malaio, javanês, teto e galóli, — as duas últimas são línguas de Timor.
5. Da família semítica: árabe oriental.
6. Chinês.
7. Japonês.
8. Línguas da África Oriental, restritamente⁸².

A grande diferença entre o número dos idiomas asiáticos, que receberam palavras portuguesas, e o dos que deram, explica-se pela influência mediata que a nossa língua exerceu em muitos deles, como panjabi, sindi, nepali, assamês; sundanês, madurês, macaçarês, nicobarês. Era natural que os portugueses tomassem certos termos diretamente dos povos com que tratavam, como molucanos, sundaneses, achineses; mas como tais palavras se encontram em malaio, e este era língua franca naquelas partes, é de presumir que dele se servissem nas suas relações com os indígenas.

Em princípio, é proporcionalmente recíproca a influência. Quanto mais influiu a língua portuguesa no vocabulário duma dada língua asiática, tanto mais foi por ela influenciada. Portugal exerceu intensa atividade no Malabar, na costa do Choramândel, no Concão, no Maharaxtra ou Norte, no Guzarate, em Ceilão, no Arquipélago Malaio e, religiosamente, no Japão; do que dão testemunho os vocabulários dos respectivos idiomas. Inversamente, também é desses idiomas que lhe proveio maior soma de vocábulos.

Goa, Damão, Diu, Macau e Timor, por serem as atuais colónias portuguesas no Oriente, a influência das suas línguas indígenas ou dos seus crioulos é contínua e ininterrupta; a das outras regiões é unicamente histórica, exceto a zona do Padroado Português, onde o clero nacional continua a entremear na sua linguagem falada e na sua correspondência dições vernáculas.

O persa esteve em grande voga na Índia no período da dominação maometana: era a língua da corte e dos tribunais, oficial e literária. Os tratados dos portugueses com os potentados muçulmanos eram exarados em português e em persa⁸³. Numerosos termos persianos, em particular administrativos, infiltraram-se necessariamente nos idiomas vernáculos, inclusive

⁸² Somente quando os vocábulos que se vulgarizaram na Índia e cuja procedência não é notória, como *machila*, *pangaio*, *batuque*, *mandó*, *calumba*.

⁸³ «Concluídos estes capítulos se passarão dous estromentos em Parseo e Portugues, hum para darem ao Embaixador, e outro pera ficar em estado... Deste juramento se fizerão dous autos em Parseo e Português». — Diogo do Couto, Déc. V, I, 9.

dravídicos, e em indo-ínglês. Era, portanto, natural que muitíssimos vocábulos dessa procedência se introduzissem direta ou indiretamente na língua portuguesa. Mas não lhe comunicou senão pouquíssimos, posto que seja de supor que mais alguns vogassem em certas partes, como em Ormuz, Congo, Comorão.

O árabe é a língua sagrada dos islamitas da Índia, onde há escolas para seu ensino. Os portugueses estiveram em contacto com os árabes em algumas regiões; a sua língua era ao princípio o meio de comunicação daqueles com os indígenas da Índia. O persa moderno está extensamente eivado de vocábulos árabes, não há nenhuma palavra dessa origem que não tenha ou não possa ter cabimento no seu vocabulário. Explica-se, portanto, analogamente, a introdução, mediata ou imediata, no português oriental de várias dições da língua semítica. Mas não houve troca documentada.

A civilização chinesa impressionou vivamente os portugueses por sua novidade e singularidade. Os nossos escritores, como Fernão Mendes, Castanheda, Barros, Orta, Frei Gaspar, Padre Lucena, Padre Semedo, Frei Jacinto, tecem grandes elogios à sua administração pública, letras, artes, indústria, flora⁸⁴. A descrição destas, com menção de nomes vernáculos, importou para a nossa língua uma notável quantidade de termos chineses. A nossa colónia de Macau também concorreu bastante para isso. Mas os chineses, assim por seu desmarcado desprezo pelos europeus («diabos do Ocidente»), como pela índole da sua língua, poucas palavras portuguesas recebeu; como: *padre, papa, missa, leilão, pipa, manga, caju, e, talvez, pão e dado*.

Identicamente, as línguas da Indochina deram mais o seu contingente, pelo menos literariamente, do que receberam da portuguesa, a julgar pelos seus dicionários⁸⁵.

Modernamente entraram na língua, por meio de livros, novas palavras, ou suas novas formas, não mencionados pelos autores antigos; mas não tantas quantas os desconhecedores da nossa literatura oriental supõem⁸⁶. O principal órgão transmissor é o inglês, não como se pronuncia, mas como se escreve, sendo, por isso, erradamente lido⁸⁷.

XII. — Alfabetos e transcrições⁸⁸

É agora ponto assente entre os sanscritólogos, após as investigações paleográficas do Dr. Bühler, que a escrita era conhecida na Índia no

⁸⁴ «Hum escrauo Chij que comprei pera interpretação destas cousas sabia também leer e escrever nossa linguagem, e era grande contador de algarismos». — Déc. I, IX, 2.

«São os Chins homens muy sutis em comprar e vender, e em officios mecanicos; e em letras não dam vantagem a alguns outros, porque tem leis escritas, conformes ao direito comum, e outras muito justas... damse lá grãos e muytas honrras aos letrados, e elles sam os que governão o rei e a terra. Nas pinturas que fazem vem pintadas catedras, e homens que estão lendo, e ouvintes que estão ouvindo; quanto mais que, pera vos convencer seu gram saber, abasta que a arte de empimir sempre foi lá usada, e nam ha em memoria de homens ácerca deles, quem a enventou». — Garcia da Orta, Col. XVII.

⁸⁵ Entre os cristãos estavam em uso outrora muitos termos portugueses, e é possível que ainda hoje estejam alguns, além dos que vêm nos vocabulários.

⁸⁶ Por exemplo, *pariá, cule, micado, xogum*, que se reputam importações modernas e indirectas, já eram conhecidas dos portugueses nos séculos XVI e XVII.

⁸⁷ Eis uma amostra: *suttee (sati), thug (tague), cutter (catur), bungalow (bangaló), pijama (paijamá), firman (formão), gutta (gata), shah (xá), jinriksha jujutshu*.

⁸⁸ Vid. *Influência*, pp. LXXI-LXXVII.

século VIII antes de Cristo, posto que não fosse então, nem muito tempo depois, empregada para fins literários. É de origem semítica do tipo fenício, semelhante ao da estela moabita, introduzida por mercadores por via de Mesopotâmia. Os mais antigos documentos que possuímos são as inscrições lapidárias do imperador Açoça (século III antes de Cristo), que já apresentam numerosos cambiantes gráficos.

A remodelação, a sistematização e a adaptação dos caracteres semíticos à fonética do indo-árabe deram em resultado, no século V da era vulgar, o alfabeto conhecido pelo nome de brāhmī («relativo a Brahmā»), o qual pode considerar-se como o verdadeiro alfabeto nacional da Índia. É dele que derivam todos os alfabetos modernos, até os próprios dravídicos, por mais divergentes que atualmente pareçam. O mais importante é o nāgarī («urbano») ou devanāgarī («da cidade de Deus»), no qual principalmente estão exarados os monumentos literários da língua sânscrita, e que na sua caracterização gráfica data pelo menos do século VIII.

Para me restringir às línguas que figuram no presente trabalho, seguem o alfabeto devanagárico, além do sânscrito, o hindí, o hindustani (conjuntamente com o árabe-persiano), o marata, o concani (em parte) e o guzarate, com pequenas variantes. O bengali, o singalês, o telúgu, o canarês com o túlu, e o malaiala têm próprios, que diferem do devanāgarī graficamente, e não fonética ou metodicamente. Muitos destes idiomas, porém, não usam no vocabulário vernáculo de todos os fonemas do devanāgarī, e algumas há que têm um ou outro fonema especial ou fonemas e letras a mais.

Entre as línguas dravídicas só o alfabeto do tamul difere consideravelmente do nagárico, assim por falta de muitas letras, como pelo acrescentamento de algumas consoantes, e mais pelo emprego de certas consoantes para representar dois ou três fonemas.

Serve-se do alfabeto árabe-persiano, além do hindustani, o malaio⁸⁹.

O birmanês, o tibetano, o cambojano, o javanês, têm alfabetos peculiares, derivados primitivamente do índico, mas ao presente muito modificados.

O chinês, o anamita e tonquinês e o japonês empregam ideógrafos chineses. À vista das dificuldades que oferece o conhecimento desses caracteres, os missionários católicos do Anão inventaram um esmerado sistema de transcrição em alfabeto romano, denominado *quôc ngũ*, para representar fielmente todos os sons e tonalidades do idioma. Este sistema é igualmente seguido pelos filólogos e, segundo Lajonquière, pelos próprios indígenas da Cochinchina⁹⁰.

O chinês não tem um sistema de transcrição comumente seguido pelos sinólogos. Além disso, um mesmo ideógrafo é diferentemente enunciado conforme as províncias e conforme a linguagem é mandarina ou vulgar. Não há, portanto, perfeita uniformidade na reprodução das dições chinesas em alfabeto romano. No *Glossário* tem-se seguido, em regra, o dialeto de Pequim, que representa a língua literária, e o de Cantão, mais conhecido dos nossos escritores.

O Congresso dos Orientalistas, realizado em Genebra em 1894, adotou, quanto ao devanāgarī, um sistema uniforme de transcrição, que desde então tem sido geralmente seguido pelos sanscritólogos. O mesmo pode e convém aproveitar-se para a transcrição dos outros alfabetos que têm

⁸⁹ O baixo malaio, mais dilatado, escreve-se comumente em caracteres romanos.

⁹⁰ Por falta de tipos especiais omito um ou outro sinal diacrítico nos étimos dessa origem.

idêntica origem, com notação peculiar, facilmente inteligível, das letras privativas. Importa, portanto, conhecer a transcrição dos alfabetos devanagárico, tamul e árabe-persiano.

Transcrição do alfabeto devanagárico

Vogais:

अ *a*, आ *ā*, इ *i*, ई *ī*, उ *u*, ऊ *ū*, ऋ *r̄*, ॠ *r̄̄*, ऌ *l̄*, ॡ *l̄̄*, ए *e*, ऐ *ai*, ओ *o*, औ *au*.

Guturais:

क *ka* ख *kha* ग *ga* घ *gha* ङ *ṅa*

Palatais:

च *ca* छ *cha* ज *ja* झ *jha* ञ *ña*

Cacuminais:

ट *ṭa* ठ *ṭha* ड *ḍa* ढ *ḍha* ण *ṇa*

Dentais:

त *ta* थ *tha* द *da* ध *dha* न *na*

Labiais:

प *pa* फ *pha* ब *ba* भ *bha* म *ma*

Semivogais:

य *ya* र *ra* ल *la* व *va*

Sibilantes:

श *ṣa* (palatal), ष *ṣa* (cacuminal), स *sa* (dental).

Aspirante:

ह *ha*; anusuara ṁ; visarga ḥ.

OBSERVAÇÕES

I. A soa como a vogal neutra ou o a pequeno. Em concani e em bengali aproxima-se do *ö* breve aberto. *A*, *i*, *u*, *r̄*, *l̄*, são breves (= *ă*, *ĭ*, *ŭ*, *r̄*, *l̄*); *ā*, *ī*, *ū*, *r̄̄* são longos. As vogais *r̄*, *r̄̄*, *l̄* são privativas de vocábulos sânscritos. *E* e *o* são ditongos em sânscrito (originariamente *āi* e *āu*) e, como tais, longos e fechados (= *ê*, *ô*).

II. Nas línguas dravídicas e em algumas das neoáricas *e* e *o* são breves e longos. O singalês possui, a mais, e ditongo (= *œ*), breve e longo, muito palatizado; translitera-se comumente em *ę* e *ĕ* ou, melhor, em *ę* e *ĕ*. O concani tem *e* e *o* abertos e fechados; distingo-os, se é necessário, por *é* e *ó*, quando abertos e tónicos, e por *ê* e *ô*, sendo fechados. As línguas dravídicas finalizam muitas palavras um *u* muito breve, de apoio, o qual se costuma notar por *u* ou *ṽ*. Os gramáticos dão-lhe, conforme Caldwell, um quarto da quantidade de vogal longa.

III. Muitas das línguas neoáricas não pronunciam o a breve final e frequentemente nem o medial, posto que escrevam a consoante inteira (sem o *virāma*) se o tivesse inerente. Assim, escreve-se (राम *rāma*, mas lê-se *rām'*). Nestes casos, omito o a na transcrição.

IV. Os idiomas dravídicos e muitos dos neoárnicos têm o fonema, bem como a letra ऌ *la* cacuminal, que em sânscrito somente figura na escrita védica.

V. O concani, o marata e o telúgu têm duas letras com dois fonemas cada uma, sem distinção gráfica: o normal (antes de *e*, *i* e *y*) *ch* explosivo (como o italiano *c* antes de *e* e *i*) e *tç* ou *ts*, quási equivalente ao do

zz em italiano; j explosivo (como em inglês) e z (ou dz)⁹¹. Distingo-os na transcrição.

VI. Por motivos ponderosos e especiais, faço as seguintes alterações na transcrição acima dada: *ch*, *chh* por *c*, *ch*; *x* (palatal) por *ç* (exceto em sânscrito) e por *ş* (exceto em sânscrito).

VII. Em todas as línguas áricas o acento recai na última sílaba, se for longa, ou na penúltima, longa ou breve, se a última for breve. Em singalês porém o acento pode prostrar-se à antepenúltima, ainda que seja breve, como *annāsiya*, «ananás»⁹².

Transcrição do alfabeto tamul⁹³

அ a	எ e	க k	த t	ல் l
ஆ ā	ஏ ē	ங் ñ	ந் n	வ் v
இ i	ஒ o	ச் ch	ப் p	ழ் ʎ (ou ʎ)
ஈ ī	ஓ ō	ஞ் ñ	ம் m	ள் ʎ
உ u	ஐ ai (ou ei)	ட் ṭ	ய் y	ற் ṛ
ஊ ū	ஔ au	ண் ṇ	ர் r	ன் ṅ

Letras para fonemas sânscritos: ஷ் sh, ஸ் s, ஹ் h, ஃ ḥ.

OBSERVAÇÕES

I. Este alfabeto dravídico é também silábico; o ponto ou o círculo por cima da consoante, equivalente ao sânscrito *virāma*, indica a ausência do a breve inerente.

II. O tamul não tem fonemas aspirados, nem letras especiais para consoantes brandas; um mesmo carácter serve para representar ambos os fonemas.

III. *K*, *ch*, *ṭ*, *t*, *p*, sendo mediais e simples, isto é, não geminados, soam *g*, *j* (pouco usado em palavras vernáculas), *ḍ*, *d*, *b*. *Ch* inicial, e mesmo intervocálico simples, abrandando-se às vezes em *x* ou o sânscrito *ç* ou *ś*; e também se emprega para representar a sibilante dental *s*. Transcrevo *ch*, *j* e *s*, mas não *x*, que não é vulgar. O *d* intervocálico do tamul e do malaiala é muito brando, como o *th* inglês em *than*, *that*. Não o distingo do *d* simples, nem o faz Caldwell. Em vocábulos peregrinos figuram sonoras iniciais.

IV. A regra tamúlica de sonoras mediais é igualmente observada no malaiala, mas com letras distintas, exceto *k* medial, que soa *g* muito fraco, quasi como *h*, e transcreve-se por um sinal especial, que eu omito.

V. As consoantes peculiares são *ʎ*, *ṛ*, *ṅ*. A primeira, que existe igualmente no malaiala, «pronuncia-se diferentemente em diferentes distritos», diz Caldwell. Conforme este autor, o seu som normal

⁹¹ Beames denomina *ts* e *dz* «palatais não assimiladas».

⁹² As palavras esdrúxulas singalesas têm o acento na 4.^a sílaba, incluindo o sufixo (separável) *-ya* ou *-va*: *kámaraya* = *câmara*, *púkuruva* = *púcaro*, *viduruva* = *vidro*.

⁹³ Vid. Caldwell, *op. cit.*; Percival, *Tamil-English Dictionary*.

assemelha-se ao do *r* inglês em *farm*, mais líquido e pós-palatal. Segundo Percival, é uma mistura de *r*, *l* e do francês *j*. O telúgu substitui-o por *ḡ* cacuminal, e o canarês por *ḷ* cacuminal.

VI. O *ṛ* duro, presentemente usado em tamul-malaiala, tem o som médio entre as cacuminais *ḡ* e *ḷ* como no inglês *crack*.

VII. O *n*, última letra do alfabeto, não se diferencia foneticamente de *n* dental; não tem, por isso, notação discriminativa.

VIII. Algumas das vogais têm cambiantes particulares ante certas consoantes, que acho desnecessário descrever. O ditongo *ai* é de pouca ocorrência, e pronuncia-se comumente *ei*.

IX. As línguas dravídicas não possuem palavras de sílaba tónica, com a elevação da voz; enunciam-se na mesma toada, distinguindo-se sílabas longas, breves e brevíssimas. Mas do ordinário profere-se com mais ênfase a primeira sílaba, que é a base do vocábulo.

Transcrição do alfabeto árabe-persa-hindustani⁹⁴

ا a (etc.)	چ ch	ذ dh	ش sh	غ gh	م m
ب b	ج j	ر r	ص ṣ	ف f	ن n
پ p	ح ḥ	ژ ṛ	ض ṣ (ḡ)	ق q	ه h
ت t	خ kh	ز z	ط ṭ	ك k	و v (w)
ث ṭ	د d	ژ zh	ظ ṣ	گ g	ي y
ث th	ḡ ḡ	س s	ء '	ل l	

OBSERVAÇÕES

I. Muitas das letras dadas têm diversas formas, quando iniciais, mediais e finais. Não as reproduzo por não influírem na transcrição.

II. As letras *th*, *ḥ*, *ṣ*, *ṣ (ḡ)*, *ṭ*, *ṣ*, *'*, *q*, são peculiares ao árabe. *Kh*, *dh*, *z*, *gh*, são comuns ao árabe e ao persa. A letra *zh* é peculiar ao persa. *P*, *ch*, *g*, são comuns ao persa e ao hindustani. As cacuminais *ṭ*, *ḡ*, *ṛ*, são peculiares ao hindustani.

III. Algumas das letras arábicas têm som diferente em persa e hindustani, como: *th* = *s*; *dh* = *z*; *ḡ* = hindust. *z*; *ṭ*, *ṣ* = hindust. *t*, *z*.

IV. O referido Congresso dos Orientalistas também fixou a transcrição do alfabeto arábico, que eu sigo, preferindo as variantes optativas. Mas substituo *ḡ* por *ṣ*, para evitar a confusão com o *ḡ* do hindustani, e *w* por *v*, ou *u*, para manter a harmonia com a transcrição do alfabeto devanagárico⁹⁵.

V. Sendo alguns étimos arábicos reproduzidos das transcrições antigas, devem naturalmente diferir às vezes da transcrição aprovada. Também as

⁹⁴ Vid. Duncan Forbes, *A Grammar of the Hindustani Language*; David Lopes, *Textos de Aljamia Portuguesa*.

⁹⁵ Na transcrição portuguesa, *v* ou *w* é tradicionalmente representado por *u*, de que mais se aproxima, e *sh* por *x*, que lhe corresponde. O *sh* doutras línguas tem igualmente o mesmo valor.

vogais breves árabe-persianas, bem como as semivogais *v* e *y*, são amiúde proferidas diversamente em diferentes regiões, e por conseguinte, diversamente transcritas.

VI. O malaio não emprega no vocabulário vernáculo as seguintes letras arábicas: *th, ḥ, kh, z, sh, ṣ, ḍ, ṭ, ḏ, ' , gh, f*; e tem a mais as seguintes: *ch, ng, p, g, ñ* ou *ny*.

VII. Os autores holandeses, conformando-se com a índole da sua língua, transcrevem por *tj, dj, nj*, as letras *ch, j, ñ* do malaio e das outras línguas do Arquipélago, as quais se pronunciam exatamente como em devanágari.